

TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DIRETORIA DE PESQUISAS

n.47

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO
DE INDICADORES EDUCACIONAIS NO IBGE:

PANORAMA NACIONAL E
EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Betina Fresneda
Ana Lucia Saboia

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadiah João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Claudio Dutra Crespo

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

www.ibge.gov.br
www.twitter.com/ibgecomunica
www.facebook.com/ibgeoficial

Atendimento
0800 721 8181

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
Número 47

Uma contribuição para a produção de indicadores educacionais no IBGE: Panorama nacional e experiências internacionais

BETINA FRESNEDA
ANA LUCIA SABOIA

Rio de Janeiro
2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1518-675X **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

© IBGE. 2013

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2013.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Fresneda, Betina

Uma Contribuição para produção de indicadores educacionais no IBGE : panorama nacional e experiências internacionais / Betina Fresneda, Ana Lucia Saboia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2013.

p. 42 - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 47)

Inclui bibliografia.

1. Indicadores educacionais - Brasil. 2. Educação - Brasil - Estatística. 3. Estatística educacional. 4. Brasil - Estatística - Organização. I. Saboia, Ana Lucia. II. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. IV. Título. V. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 311.141:37(81)
RJ/2013-19 EST

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Introdução	6
1. Papel da produção das estatísticas educacionais e histórico das principais reformas do sistema educacional brasileiro desde os anos 70.....	8
2. Recomendações internacionais.....	11
3. Principais indicadores educacionais brasileiros produzidos com as bases de dados do IBGE	11
3.1 Alfabetização	12
3.2 Frequência escolar e nível educacional da população.....	12
4. Pesquisas domiciliares atuais do IBGE e os blocos de educação	15
5. Experiências internacionais	17
5.1 México	17
5.2 Canadá.....	18
5.3 Reino Unido.....	22
6. Discussão sobre temas relevantes não abarcados pelas pesquisas do IBGE.....	26
Considerações finais	32
Referencias	34
Anexos	36

Apresentação

A educação é dimensão central para o desenvolvimento do país e merece especial atenção nos esforços do IBGE, que sempre busca aprimorar seus processos de coleta e disseminação de indicadores.

Como texto introdutório, pretende fornecer uma visão geral do que se entende por indicadores educacionais, sua importância e necessidade, trazendo detalhes sobre experiências nacionais e internacionais; nesse último caso, consistindo em recomendações da ONU e experiências de outros países.

A articulação entre dados de registros (oferta educacional) e produzidos por pesquisas, pelo IBGE e outros organismos, merece toda a atenção para identificar lacunas e necessidades de harmonização. Esse objetivo é, inclusive, ponto central nos esforços do Comitê de Estatísticas Sociais, coordenado pelo IBGE.

O presente texto busca, finalmente, subsidiar a discussão sobre a produção de indicadores educacionais no IBGE. É relevante, também, para a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares e para a discussão dessa temática no contexto da área social da Diretoria de Pesquisas.

Claudio Dutra Crespo

Coordenador de População e Indicadores Sociais

Introdução

A temática da educação é, sem dúvida, fundamental quando se trata de estatísticas sociais. Não somente porque os indicadores educacionais retratam o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país como também são essenciais para orientar a formulação de políticas públicas. Devido à abrangência da temática, os indicadores educacionais precisam dar conta das áreas relacionadas ao nível educacional da população, à frequência escolar, ao ambiente escolar, aos resultados educacionais e seus impactos no nível de vida da população. No contexto das comparações internacionais, as informações a respeito do processo educativo no País são essenciais, por exemplo, para o monitoramento das metas do milênio com as quais o Brasil se comprometeu e que, no caso da educação, significa assegurar que até 2015 todas as crianças de ambos os sexos tenham acesso ao ensino básico de qualidade.

O objetivo principal deste texto é subsidiar a discussão sobre a produção de indicadores educacionais no IBGE, porém não pretende esgotá-la. Como texto ainda introdutório, busca-se fornecer uma visão geral do que se entende por indicadores educacionais, sua importância e necessidade. Nesse sentido, considerou-se importante reunir um material que fizesse uma ponte entre o que os principais institutos de estatística produzem em termos de indicadores educacionais e o que o IBGE faz através de suas pesquisas domiciliares, à luz das recomendações internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Nesta perspectiva, é também importante, por um lado, fazer um exame dos registros existentes no Ministério da Educação - MEC para complementar o quadro de indicadores educacionais relativos à infraestrutura e informações de fluxo escolar; e, por outro lado, destacar eventuais lacunas de coleta de informação por parte do IBGE.

Inicialmente, elaborou-se uma introdução sobre o papel da educação e da produção de estatísticas educacionais no País, além de um breve histórico sobre as principais reformas perpetradas no sistema educacional brasileiro desde os anos 70. Em seguida, na seção 2, são apresentadas recomendações internacionais para a padronização das estatísticas educacionais e sua relação com a produção brasileira. A seção 3 apresentou exemplos de como os institutos de estatística coletam e organizam suas informações educacionais. Na seção 4, são discutidos os conceitos dos principais indicadores usados nas estatísticas educacionais produzidas pelo IBGE: alfabetização, nível educacional e frequência escolar. Finalmente, apontam-se as lacunas e temas de investigação recentemente demandados na seção 5.

1. Papel da produção das estatísticas educacionais e histórico das principais reformas do sistema educacional brasileiro desde os anos 70

O processo de expansão educacional, que se intensificou ao longo do século XX na maioria dos países ocidentais industrializados, foi resultado tanto da modernização da estrutura produtiva e ocupacional quanto da disseminação do ideal de justiça baseado na igualdade de oportunidades, herança do credo iluminista-republicano. Passa a ser responsabilidade do Estado, por meio das instituições escolares, a superação das hierarquias sociais atreladas ao nascimento e à hereditariedade a partir da organização dos critérios de seleção meritocráticos para as distintas posições sociais. Espera-se que o sistema educacional, além de prover as competências mínimas para uma vida autônoma e digna, elimine as diferenças iniciais provenientes das famílias de origem a cada nova geração e realize uma triagem dos talentos capaz de redistribuir as posições sociais em função do mérito dos indivíduos. Nesse sentido, a educação se tornaria o principal meio de inserção ocupacional e de mobilidade social, sendo capaz de legitimar as desigualdades sociais consideradas justas e, conseqüentemente, gerar coesão social (DUBET, 2004, 2010; DUBET *et al.*, 2010).

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, embaladas pelas novas necessidades da economia e reforçadas pelas teorias do capital humano, são colocadas em prática políticas de expansão do acesso ao ensino restritas aos níveis básicos, em um primeiro momento, para, em seguida, abranger etapas cada vez mais avançadas do sistema escolar, levando à progressiva uniformização dos ciclos básicos (SEABRA, 2009). A partir do final da década de 1970, com a redução da capacidade redistributiva dos sistemas de proteção social europeus, a expansão educacional se intensificou e o ideal de igualdade de oportunidades passou a ganhar destaque crescente. A qualificação individual se tornou condição *sine qua non* para a inserção ocupacional e, conseqüentemente, para a garantia de bem-estar em um contexto de aumento da competitividade no mercado de trabalho nacional e internacional. Assim, os critérios de seleção responsáveis pela distribuição dos valorizados diplomas, em especial os fatores não meritocráticos que influenciam esses critérios e que limitam injustamente as oportunidades de sucesso educacional, passaram a ganhar centralidade (DUBET, 2010). Por outro lado, ficou manifesto que, quanto mais desigual for a sociedade, mais irrealista será a missão do sistema escolar de reduzir a estratificação educacional, evidenciando-se os limites do papel da escola (DUBET, 2010; DUBET *et al.*, 2010; ERIKSON; JONSSON, 1996).

Tendo em vista esse contexto geral, espera-se que as estatísticas sobre educação orientem a tomada de decisões pelas instâncias que desenham e executam a política

educativa, além de permitir aos especialistas, investigadores e público em geral o conhecimento acerca da realidade educacional do país. A coleta de dados educacionais é cada vez mais importante não apenas para observação de conjunturas específicas, mas também para identificar possíveis barreiras estruturais que impeçam o crescimento qualitativo e quantitativo do nível educacional da população e a redução das desigualdades educacionais.

Ainda que incipiente, no Brasil, o processo de expansão educacional vem se intensificando nas últimas décadas, notadamente a partir dos anos 90 com a universalização do acesso ao ensino fundamental. Entretanto, o nível educacional da população brasileira ainda está bastante aquém da média dos países-membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE nos quais 81% das pessoas de 25 a 34 anos de idade possuíam o ensino médio completo em 2009, enquanto apenas 53% dessa faixa etária estavam na mesma situação no Brasil (OCDE, 2012).

Essa expansão educacional brasileira é resultado das principais reformas que incidiram sobre o sistema educacional, desde a década de 70. Elas podem ser agrupadas em quatro conjuntos de políticas educacionais relativamente articulados em função do seu contexto político e social (FRANCO *et al.*, 2007). O primeiro conjunto de medidas foi estabelecido pela lei n. 5.692/71, que tornou compulsório o ensino de 1º grau, abarcando o primário e o ginasial. A incorporação do ensino ginasial ampliou de quatro anos para oito anos a escolaridade obrigatória, representando sérios desafios para a expansão da rede ainda incipiente de educação ginasial. A lei previa também a expansão da oferta de ensino médio, mas encontrou grande resistência devido à dificuldade de viabilizar o caráter compulsório do ensino profissionalizante, sendo considerada uma tentativa fracassada de política educacional.

A segunda onda de políticas educacionais foi resultado da renovação dos quadros técnicos a partir da vitória da oposição ao governo militar nas primeiras eleições gerais para cargos executivos em 1982. O período foi caracterizado pelo crescimento das matrículas de 5ª a 8ª série, majoritariamente atendida pelas redes estaduais. O tema da municipalização já estava presente, mas foi ratificado apenas posteriormente pela constituição de 1988. Em relação ao orçamento, ocorreu uma evolução a partir da Emenda Calmon em 1983, atualizada pela constituição, que vinculou 18% do orçamento da União à educação e 25% dos orçamentos de estados e Municípios, além de instituir o salário-educação destinado exclusivamente à rede pública de ensino fundamental.

As inovações na gestão e financiamento desenvolvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC foram agrupadas na terceira geração de políticas educacionais, caracterizada, em termos gerais, pela universalização do acesso ao ensino fundamental. Para esse resultado, contribuiu, em especial, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1997, que determinou

que o financiamento de estados e municípios dependesse do número de alunos matriculados no ensino fundamental e estipulou um piso por aluno, permitindo melhorias na redistribuição dos recursos e aprofundamento da municipalização. O apoio do MEC a programas de correção de fluxo a partir da década de 1990, visando reduzir os efeitos perversos e excludentes da reprovação em larga escala, também foi uma medida importante de democratização escolar. Em relação ao monitoramento da qualidade do ensino, foi feito um aprimoramento metodológico do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb¹.

Em seguida, o quarto conjunto de políticas educacionais foi adotado no governo Lula. Em termos gerais, foram continuadas e aprofundadas as políticas educacionais anteriormente adotadas. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, institucionalizado em 2007 (Brasil, nº 11.494/2007), foi possível ampliar o FUNDEF o qual vigorou de 1997 a 2006 (Brasil, Lei nº 9424/1996). O FUNDEB passou a destinar recursos para a educação básica, tanto na modalidade regular quanto na integrada à educação profissional e educação de jovens e adultos. Em 2006, a obrigatoriedade do ensino fundamental foi ampliada de 8 para 9 anos Brasil, Lei nº 11.274/2006 e, no ano seguinte, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, do Ministério da Educação, deu clara ênfase ao ensino fundamental e definiu metas para a melhoria da qualidade a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB².

Recentemente, merece destaque a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que amplia a obrigatoriedade da educação básica para a faixa de 4 a 17 anos de idade e deve ser implementada progressivamente até 2016. A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, oficializa essa mudança, alterando o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Brasil, nº 9.394/1996). A educação básica passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e organizada em três etapas: pré-escola (nível obrigatório da educação infantil), ensino fundamental e ensino médio. Segundo o IPEA (2011), tal medida implicará no aumento significativo do número de vagas e terá impactos para a gestão dos sistemas de ensino.

Frente a esses desafios, é fundamental que ocorra a revisão e atualização dos instrumentos de coleta das estatísticas educacionais e dos indicadores utilizados para acompanhar a evolução da educação brasileira e as mudanças ocorridas na sociedade e no

¹ O Saeb é uma avaliação aplicada a amostras de alunos da quarta e oitava séries (5º e 9º ano) do Ensino Fundamental e aos alunos da terceira série do ensino médio, nas redes pública e privada. Além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar, são avaliadas habilidades dos alunos em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas).

² Esse indicador integra os resultados de desempenho dos alunos com as informações sobre rendimento escolar, provenientes do Censo Escolar da Educação Básica. O desempenho dos alunos é medido por meio da Prova Brasil e do Saeb. A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala aplicada aos alunos das 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, de escolas públicas localizadas em áreas urbanas. As duas avaliações medem o desempenho dos alunos em português e matemática, além de fornecerem informações sobre seu contexto socioeconômico.

próprio sistema educacional ao longo do tempo. Considera-se ainda imprescindível que esse esforço seja acompanhado de uma compatibilização que permita comparações internacionais.

2. Recomendações internacionais

Os indicadores educacionais produzidos a partir da base de dados do IBGE e do Ministério da Educação (MEC) estão de acordo com as recomendações internacionais e contribuem com informações acerca das temáticas sugeridas abaixo pela “*Revised Recommendation Concerning the International Standardization of Educational Statistics*”, editada pela UNESCO (1978), a qual concerne estatísticas sobre:

- I. Analfabetismo
- II. Nível de instrução da população
- III. Assistência escolar (matrículas), docentes e estabelecimentos escolares
- IV. Recursos econômicos destinados à educação

De acordo com essa classificação proposta pela UNESCO (1978), a produção de estatísticas educacionais no IBGE se concentra principalmente nos itens I e II, isto é, incluem os indicadores clássicos de alfabetização e nível de escolaridade, obtidos por meio principalmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e do Censo Demográfico. Por sua vez, a maioria das informações presentes nos itens III e IV é disponibilizada pelo MEC, sobretudo através do Censo Escolar, Censo Educação Superior e avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (Saeb e Prova Brasil). Número de matrículas por nível de ensino, taxa de rendimento escolar, número de alunos por docente, cobertura do financiamento estudantil, desempenho escolar, infraestrutura escolar, qualificação dos docentes, proporção do investimento público com relação ao PIB e por estudante são exemplos de indicadores usados pelo MEC para retratar essas temáticas. A seguir, são apresentados de forma mais detalhada os conceitos dos indicadores educacionais tratados pelo IBGE à luz das recomendações internacionais.

3. Principais indicadores educacionais brasileiros produzidos com as bases de dados do IBGE

3.1 Alfabetização

Segundo as orientações da ONU (1998) no *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses*, uma pessoa deve ser considerada alfabetizada quando ela é capaz de ler e escrever um trecho simples relativo ao seu dia a dia de forma compreensível. Assim, uma pessoa unicamente capaz de ler ou escrever figuras ou seu próprio nome deve ser considerada analfabeta, assim como aquela que lê ou escreve uma frase memorizada. Contudo, a ONU (1998) reconhece que novos entendimentos sobre os níveis, domínios e funcionalidades requeridas para identificar uma pessoa alfabetizada são amplamente aceitos.

As recomendações internacionais da UNESCO (1978) ampliam essa definição, afirmando que além de saber ler e escrever uma simples declaração ou bilhete, para ser considerada funcionalmente alfabetizada, a pessoa deve poder se engajar em todas as atividades para as quais a alfabetização é necessária socialmente, possibilitando uma continuidade do uso da leitura, escrita e operações matemáticas básicas para seu próprio desenvolvimento e o de sua comunidade. Iniciativas como a pesquisa internacional sobre alfabetização e habilidades gerais de adultos (*International Adult Literacy and Skills Survey – IALSS*) são tentativas de gerar dados comparáveis entre os países, testando uma gama maior de habilidades básicas a partir de avaliações padronizadas.

Historicamente, essa informação vem sendo coletada nos censos demográficos e nas pesquisas domiciliares por meio da pergunta “Sabe ler e escrever?”. Isso permite o cálculo da taxa estimada de analfabetismo para homens e mulheres, por área de residência (urbana ou rural), cor ou raça, grupos sociais e faixas de idade (10-14, 15-19, 20-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65 ou mais) conforme orientação da UNESCO (1978). Como em muitos países as crianças de 10 a 14 anos ainda se encontram em processo de alfabetização, os dados podem ser tabulados para todas as pessoas de 15 anos ou mais. A taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, que são monitorados pela ONU dentro de uma agenda global de desenvolvimento humano.

O cálculo da taxa de analfabetismo para toda uma população acima de certa idade não permite identificar quais grupos populacionais têm maior incidência de analfabetos. Logo, não seria apropriada para avaliar os recentes avanços do sistema educacional que prioriza a educação básica. É conveniente, portanto, analisar as taxa de analfabetismo por faixa etária, sem perder de vista que a distribuição percentual de analfabetos pelos grupos etários também é importante para orientar as políticas de alfabetização de jovens e adultos.

3.2 Frequência escolar e nível educacional da população

A frequência escolar e o nível de escolaridade são os outros dois temas abarcados pelas estatísticas educacionais produzidas pelo IBGE em consonância com as recomendações da UNESCO (1978).

De acordo com a ONU (1998), a frequência escolar (*school attendance*) é definida como frequência em qualquer programa ou instituição educacional autorizada, pública ou privada, de ensino regular em qualquer nível educacional na época da pesquisa. Vale ressaltar que esse conceito é distinto do número de alunos/matrículas (*school enrollement*) proveniente de registros administrativos, podendo ocorrer divergência em seus respectivos resultados. A princípio, informações sobre frequência escolar devem ser coletadas para toda a população, embora sejam mais relevantes para as pessoas em idade escolar oficial. Para propósitos de comparabilidade internacional, a classificação dos níveis educacionais deve ter como referência a Classificação Internacional Normalizada da Educação (*International Standard Classification of Education – ISCED 1997*)³, conforme mostra quadro⁴ a seguir:

Níveis do ISCED 97	Sistema Educacional Brasileiro (atual)
ISCED 0 (<i>Pre-primary level of education</i>) Educação pré-primária a partir dos 3 anos de idade	Creche e Pré-escola (a partir dos 3 anos de idade)
ISCED 1 (<i>Primary level of education</i>) Educação primária	Anos iniciais do Ensino fundamental (da 1ª a 4ª série, do 1º ao 5º ano ou equivalente)
ISCED 2 (<i>Lower secondary level of education</i>) 1º nível da educação secundária	Anos finais do Ensino fundamental (da 5ª a 8ª série, do 6º ao 9º ano ou equivalente)
ISCED 3 (<i>Upper secondary level of education</i>) 2º nível da educação secundária	Ensino médio
ISCED 4 (<i>Post secondary non-terciary education</i>) Pós-secundário não-terciário	(Não se aplica ao Brasil)
ISCED 5 (<i>First stage of terciary education</i>) Primeiro estágio da educação terciária - Graduação e Mestrado	Educação terciária tipo B (Educação superior em tecnologia) Educação terciária tipo A (demais cursos de graduação, mestrado e mestrado profissional - excluindo-se os cursos sequenciais e os de especialização <i>latu sensu</i>)
ISCED 6 (<i>Secondary stage of terciary education leading to an advanced research qualification - doctoral and pos-doctoral degrees</i>) Segundo estágio da educação terciária, levando a qualificação avançada para pesquisa - doutorado e pós-doutorado	Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>): Doutorado

³ O Instituto de Estatística da UNESCO propôs uma revisão do ISCED-97 (ISCED-2011), cuja correspondência com o sistema educacional Brasileiro será feita pelo MEC/INEP e deverá ser adotada a partir de 2014.

⁴ Fonte: OCDE Education at a Glance 2011 - Nota para o Brasil.

Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/eag_2011_resumo_tecnico_brasil.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

O nível educacional (*educational attainment*) é definido como o grau de ensino mais elevado concluído dentro do nível educacional mais avançado frequentado pela pessoa no sistema educacional regular do país no qual a educação foi recebida. A UNESCO (1978) recomenda que os dados sobre nível educacional sejam disponibilizados para os adultos (15 anos ou mais), por sexo, área de residência (urbana ou rural), cor ou raça, grupos sociais e faixas de idade (15-19, 20-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65 ou mais).

Com o intuito de retratar essas questões, a *Síntese de Indicadores Sociais* calcula diversos indicadores, dentre os quais se destacam: taxa de frequência escolar bruta, taxa de frequência escolar líquida, taxa de distorção idade/série e média de anos de estudo. A taxa de frequência escolar bruta é a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. Esse indicador é calculado por grupos de idade organizados em função da correspondência com a atual estrutura de ensino brasileiro (0 a 5, 6 a 14, 15 a 17, 18 a 24 e 25 ou mais), independentemente do nível de ensino cursado. Por sua vez, a taxa frequência escolar líquida indica a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola no nível de ensino adequado à essa faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária (educação infantil, 0 a 5 anos de idade; ensino fundamental, 6 a 14 anos de idade; ensino médio, 15 a 17 anos de idade; ensino superior, 18 a 24 anos de idade). A taxa de distorção idade/série corresponde ao total de estudantes que estão cursando determinada série/ano em idade 2 anos ou mais superior à considerada ideal sobre o total de estudantes da série/ano em questão⁵.

Finalmente, a média de anos de estudo completos é calculada pelo IBGE a partir da última série concluída com aprovação. Com o objetivo de harmonizar a duração do ensino fundamental, que passou de 8 para 9 anos, a nona série concluída com sucesso tem sido classificada como 8 anos de estudo completos. Passada a fase de transição, isto é, considerando que a lei 11.274/2006 estipulou um prazo para adequação de todas as escolas até 2010, a equivalência entre os anos de estudo calculados considerando essas diferentes durações do ensino fundamental dependerá da escolha de um critério que atualize esse indicador.

Todos esses indicadores podem ser desagregados (dependendo do tamanho da amostra), quando for pertinente, por região de residência, situação do domicílio (urbano/rural), rede de ensino, sexo, cor ou raça e quintos de rendimento familiar *per capita*.

Além disso, foram propostos recentemente na *Síntese de Indicadores Sociais* indicadores descritivos que evidenciam o nível de desigualdade educacional e sua evolução ao

⁵ Com a ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos, a taxa de distorção idade/série passa a incluir tanto as séries do antigo ensino fundamental de 8 anos quanto os “anos” do ensino fundamental de 9 anos que vai do 1º ao 9º ano.

longo do tempo: o hiato das proporções, a razão entre as proporções e a razão de chances. O primeiro indicador, hiato das proporções, revela a diferença entre a proporção de pessoas com determinado nível educacional que faziam parte do quinto mais rico em comparação aos pertencentes ao quinto mais pobre que também haviam concluído esse nível. O segundo indicador, razão entre as proporções, é a divisão das proporções descritas anteriormente. Finalmente, o último indicador, razão de chances⁶, evidencia quantas vezes mais chances as pessoas pertencentes ao quinto mais rico têm de completar esse nível educacional em relação aos pertencentes ao quinto mais pobre.

4. Pesquisas domiciliares atuais do IBGE e os blocos de educação

Usualmente as bases de dados dos Censos Demográficos e das PNADs são utilizadas para calcular os indicadores educacionais descritos na seção anterior. Entretanto, essas não são as únicas pesquisas domiciliares em que o IBGE investiga as características educacionais da população. Com o intuito de apresentar os blocos sobre educação dos últimos questionários dessas pesquisas domiciliares, foi elaborado o Quadro 1 (anexo), incluindo PNAD, Pesquisa de orçamentos Familiares - POF, Censo Demográfico 2010, Pesquisa Mensal de Emprego - PME e PNAD Contínua. Nesse quadro, é possível comparar essas pesquisas e observar que nem sempre os quesitos estão padronizados ou são investigados em todas elas.

A pergunta sobre alfabetismo está presente em todos os blocos e é feita da mesma forma (“Sabe ler e escrever?”). Por sua vez, informação sobre frequência à creche não é investigada na PME, devido ao recorte etário dessa pesquisa (10 anos ou mais de idade) e também não é investigada no núcleo básico da PNAD Contínua, limitado às pessoas de 5 anos ou mais de idade. Da mesma forma, o tipo de rede da instituição de ensino frequentada (pública ou particular) é indagado na PNAD, na POF e no Censo Demográfico, mas não consta na PME nem no questionário básico da PNAD Contínua. A pergunta sobre área da rede pública de ensino (municipal, estadual e federal) é feita apenas na PNAD. Vale ressaltar que a PNAD Contínua irá investigar perguntas suplementares sobre educação além daquelas contidas no núcleo básico e disponibilizará esses resultados anualmente⁷.

Além disso, observa-se que tanto a pergunta sobre o curso que a pessoa frequenta quanto aquela sobre o curso mais elevado que frequentou não possuem opções padronizadas

⁶ A razão de chances apresenta uma vantagem sobre os demais indicadores na medida em que ele não é afetado pela magnitude das proporções utilizadas. Formalmente, a razão de chances = $[P5/(1-P5)]/[P1/(1-P1)]$, onde P5 é a proporção de pessoas pertencentes ao quinto mais rico que completou determinado nível de ensino e P1 é a mesma proporção para o quinto mais pobre.

⁷ Esses quesitos não foram definidos até a presente data.

de itens de resposta. Para aqueles que frequentam a escola, não se aplica o quesito “creche” nem “classe de alfabetização” para a PME e PNAD contínua, apesar de ambas terem o quesito “pré-escolar”. A opção “tecnológico superior” existe apenas na POF. Essa pesquisa também conta com o quesito “especialização superior”, similar ao “especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)” incluída no Censo 2010. Apenas o Censo e a PNAD Contínua desagregaram o “mestrado” do “doutorado” e somente nessas duas pesquisas não há opção para “pré-vestibular”. Em relação ao curso mais elevado que frequentou, as diferenças descritas persistem, sendo que a PNAD contínua deixa de incluir “pré-escolar” e passa a incluir “classe de alfabetização”. Apenas a POF investiga “pré-vestibular” e “tecnológico superior”. O Censo 2010 destoa, nesse quesito, das demais pesquisas, reduzindo as alternativas.

Na PNAD, POF e PNAD Contínua, a duração do curso de ensino fundamental (8 ou 9 anos) é investigada para quem frequenta escola ou frequentou. A PNAD direciona a pergunta “Este curso que frequenta é seriado?” para quem respondeu que cursa a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou o supletivo do ensino fundamental e médio. Para aqueles que cursam o regular do ensino fundamental ou médio essa pergunta não é feita, pois esses cursos são, em sua maioria, seriados. O mesmo não ocorre na PNAD Contínua que direciona os estudantes do ensino fundamental e médio regular para essa pergunta, assim como os que não eram mais estudantes. A pergunta “Já concluiu algum outro curso superior de graduação?” foi realizada apenas no Censo e na PNAD contínua. Somente a POF investiga a qualificação profissional.

Atualmente, o IBGE, através do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD está desenvolvendo o projeto de reformulação das pesquisas domiciliares amostrais. São componentes do SIPD, a PNAD Contínua, que resulta da integração da PNAD e da PME, e a POF em sua forma contínua. O planejamento integrado dessas pesquisas prevê a harmonização de conceitos das variáveis investigadas e de suas classificações. Nesse contexto, está sendo desenhado um núcleo básico do SIPD, presente em todas as pesquisas, que inclui perguntas sobre o nível de instrução da população. Devido a sua concepção baseada na investigação de trabalho e rendimento, a PNAD Contínua pergunta o nível de instrução da população somente a partir de 5 anos de idade, excluindo portanto informações sobre parte da educação infantil para aqueles abaixo deste limite etário. Esse viés da priorização da temática de trabalho e rendimento no núcleo básico pode ser insuficiente para suprir as necessidades das demais pesquisas. No caso da PNAD Contínua, será elaborado um módulo específico sobre educação, cujo conteúdo requer uma avaliação de quais temas são relevantes para a compreensão da realidade educacional do país.

5. Experiências internacionais

Seguindo as orientações da UNESCO (1978), diversos institutos de estatística produzem informações sobre seus sistemas educacionais e a respeito do nível educacional da população, tendo em vista suas especificidades. Os países recorrem principalmente a informações advindas dos censos escolares para coletar dados sobre estabelecimentos, matrículas, características dos estudantes e docentes, etc. e utilizam ainda censos demográficos, pesquisas amostrais (transversais e longitudinais) e registros administrativos para investigar as características educacionais da população e aprofundar a análise em temáticas específicas.

A Austrália, por exemplo, pesquisa as atividades culturais, esportivas e recreativas das crianças de 5 a 14 anos de idade no suplemento (*Children's Participation in Cultural and Leisure Activities*⁸) da pesquisa mensal de emprego. Na França, são realizadas periodicamente pesquisas de painel para acompanhar os estudantes durante a integralidade do percurso escolar, recolhendo informações familiares e sociais que podem estar relacionadas ao desempenho escolar⁹. No Reino Unido, são investigados anualmente temas específicos como o comportamento em sala de aula¹⁰ e natureza dos apelos feitos pelos pais quando é negada a admissão dos filhos nas escolas de preferência¹¹. Foi elaborado um quadro resumo de como alguns dos principais institutos de estatística do mundo apresentam o tema educação em seus portais, evidenciando a diversidade de temas e subtemas a partir dos quais se organiza a divulgação das estatísticas educacionais (ver Quadro 2, em anexo).

Particularmente, os casos do México, Canadá e Reino Unido serão examinados em maior detalhe devido à proximidade com a estrutura brasileira, à diversidade de informação disponível e às especificidades temáticas, respectivamente. Ademais, estes três países têm institutos de estatística reconhecidos internacionalmente por sua excelência.

5.1 México

O México apresenta uma divisão da produção de estatísticas educacionais similar à brasileira e os temas analisados seguem os sugeridos pela UNESCO (1978). No portal do

⁸ Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4901.0/>>. Acesso em: jan. 2013.

⁹ Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/insee-statistique-publique/default.asp?page=sites-statistiques/education.htm>>. Acesso em: jan. 2013.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.education.gov.uk/rsgateway/DB/SFR/s001068/sfr11-2012.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

¹¹ Disponível em: <<http://www.education.gov.uk/rsgateway/DB/STR/d001001/osr08-2011v2.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática/INEGI¹² a educação é um subtema do tema “governo e sociedade” e apresenta três subseções:

- 1) **Características educacionais da população:** população em idade escolar, população que frequenta a escola, população analfabeta, anos de estudo e nível de escolaridade;
- 2) **Matrículas e processos escolares:** matrículas por nível de ensino, matrículas na educação básica, matrículas na educação média e superior, educação superior, taxa de promoção, taxa de evasão e taxa de rendimento escolar;
- 3) **Recursos para a educação:** quantidade de professores, número de escolas, quantidade de alunos por escola, quantidade de alunos por professo e gastos educacionais (por aluno e em relação ao PIB).

A Secretaria de Educação Pública e a Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior do México são responsáveis pelos censos escolares, isto é, pela coleta de informações sobre os alunos, corpo docente, infraestrutura escolar para as educações básica e superior, respectivamente. Os indicadores relativos a esses temas encontram-se listados na subseção 2, ou seja, essas informações são disponibilizadas no portal do instituto, diferentemente do que existe no portal do IBGE. Complementarmente, o INEGI produz informações acerca das características educacionais da população por meio dos censos demográficos (*Censo General de Población y Vivienda*) e via pesquisas domiciliares, especialmente a Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (*Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo - ENOE*)¹³. Os indicadores relativos a esses temas encontram-se listados na subseção 1. Recentemente, foi incluído, nessa pesquisa domiciliar, um módulo sobre educação, capacitação e emprego (*Módulo de Educación, Capacitación y Empleo 2009*)¹⁴ por iniciativa da Secretaria de Trabalho e Proteção Social (*Secretaría del Trabajo y Previsión Social - STPS*). Essa pesquisa privilegia investigar a educação enquanto mediadora do trabalho e o módulo traz questões interessantes sobre abandono escolar, qualificação para o trabalho e transição da escola para o trabalho.

5.2 Canadá

¹² Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/Sistemas/temasV2/Default.aspx?s=est&c=21702>>. Acesso em: jan. 2013.

¹³ Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/encuestas/hogares/regulares/enoe/Default.aspx>>. Acesso em: jan. 2013.

¹⁴ Disponível em:

<http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/estudios/sociodemografico/mece/mece09/mece09.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

O Canadá apresenta grande diversidade de fontes de dados educacionais e classifica os temas da área educacional e seus respectivos indicadores de forma um pouco distinta. O StatCan (instituto de estatística do Canadá) participa em parceria com outras instituições da produção de todas as estatísticas educacionais, inclusive daquelas advindas dos registros administrativos. Um dos produtos da parceria entre StatCan com o Conselho de ministros da educação é a publicação *Education Indicators in Canada: Handbook for the Report of the Pan-Canadian Education Indicators Program*¹⁵ (2012), que realiza uma síntese dos indicadores educacionais, divulgando os resultados das diversas fontes disponíveis. Esse documento apresenta cinco áreas gerais e suas respectivas subáreas:

- 4) **Retrato da população em idade escolar:** projeções levando em conta o tamanho da população, diversidade cultural, famílias com baixa renda e background familiar;
- 5) **Financiamento do sistema educacional:** gastos totais com educação, gastos das redes pública e particular, gastos familiares com educação e financiamento estudantil;
- 6) **Educação primária e secundária:** anos iniciais e aptidão escolar, assistência escolar (matrículas), corpo docente, taxa de conclusão, desempenho e uso de tecnologias da informação;
- 7) **Educação pós-secundária:** assistência escolar (matrículas), taxa de graduação, corpo docente universitário, pesquisa e desenvolvimento, alfabetização e nível educacional;
- 8) **Transições escolares e resultados:** transição para a educação pós-secundária, transição para o mercado de trabalho e resultados no mercado de trabalho.

Em relação ao item 1, são feitas projeções da população em idade escolar (dos 5 aos 24 anos de idade) a partir de dados do censo demográfico, levando em conta características culturais e familiares, além do pertencimento às famílias de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que gastam 20% a mais da renda disponível em itens básicos como alimentação, moradia e vestuário se comparadas com os gastos de uma família considerada padrão ou média. Além disso, as informações são desagregadas dependendo da composição familiar (p.ex., monoparentais), status ocupacional dos pais e tempo durante o qual a família permaneceu em situação de baixa renda. Essa última informação advém de uma

¹⁵Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/81-582-g/81-582-g2012002-eng.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

pesquisa longitudinal destinada a acompanhar os indivíduos durante um período de seis anos (*The Survey of Labour and Income Dynamics*)¹⁶.

O item 2 examina os gastos públicos e privados com educação ao longo do tempo, regionalmente e por níveis educacionais. São disponibilizados os valores per capita e o percentual do PIB despendido com educação a partir de uma série de pesquisas e registros administrativos. Além disso, são coletadas informações sobre os gastos feitos pelas famílias com educação (material didático, transporte, moradia estudantil, mensalidades, cursos, esporte, etc.), utilizando a pesquisa domiciliar anual de orçamentos familiares (*The Survey of Household Spending - SHS*)¹⁷. Os dados sobre financiamento estudantil informam o percentual de estudantes que financiaram seus estudos terciários e o grau de endividamento dos mesmos a partir da pesquisa nacional dos graduados (*National Graduates Survey - NGS*)¹⁸. Além disso, essa pesquisa permite que se relacione a área de estudo, nível de qualificação e expectativa profissional do jovem.

O item 3 trata do grau de aptidão das crianças de 4 a 5 anos para o ambiente escolar a partir do exame das condições de saúde, participação em atividades, exposição à leitura e desempenho linguístico. Esses dados constam na pesquisa longitudinal sobre crianças e jovens (*The National Longitudinal Survey of Children and Youth - NLSCY*)¹⁹, que coleta informações sobre os fatores que influenciam seu desenvolvimento social, emocional e comportamental e sua evolução ao longo do tempo. Além disso, esse item inclui dados sobre estudantes, número de professores por aluno, tempo gasto em sala de aula e características do corpo docente para os níveis primário e secundário a partir do censo escolar anual (*Elementary-Secondary Education Survey - ESES*)²⁰. O desempenho escolar é medido por meio dos resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment*) e do SAIP (*School Achievement Indicators Program*)²¹. O primeiro é uma avaliação internacional desenvolvida pelos países pertencentes à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que mede o desempenho de alunos de 15 anos em três áreas do conhecimento:

¹⁶ Disponível em: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3889&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2> e http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&Item_Id=128004&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2. Acesso em: jan. 2013.

¹⁷ Disponível em: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3508&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>. Acesso em: jan. 2013.

¹⁸ Disponível em: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SurvId=20168&SurvVer=3&SDDS=5012&Instald=15771&InstaVer=11&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>. Acesso em: jan. 2013.

¹⁹ Disponível em: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4450&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>. Acesso em: jan. 2013.

²⁰ Disponível em: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SurvId=29078&SurvVer=2&Instald=29094&InstaVer=6&SDDS=5102&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>. Acesso em: jan. 2013.

²¹ Disponível em: [http://www.cmec.ca/244/Programs-and-Initiatives/Assessment/Pan-Canadian-Assessment-Program-\(PCAP\)/SAIP-2004-Science-III/index.html](http://www.cmec.ca/244/Programs-and-Initiatives/Assessment/Pan-Canadian-Assessment-Program-(PCAP)/SAIP-2004-Science-III/index.html). Acesso em: jan. 2013.

leitura, matemática e ciências. O segundo avalia o desempenho em matemática, leitura, escrita e ciências de amostras de estudantes canadenses de 13 a 16 anos. Finalmente, são usados os dados do PISA para avaliar o uso de computadores entre os estudantes.

O item 4 prioriza a análise no nível pós-secundário no que diz respeito às matrículas e taxa de conclusão por área de estudo. Em relação ao nível pós-secundário não terciário (correspondente ao nível 4 da ISCED 97), dados são disponibilizados sobre os jovens contratados como aprendizes por sexo, idade e área de atuação. Essas informações são obtidas por meio de registro administrativo e compiladas no RAIS (*Registered Apprenticeship Information System*)²². Os estudantes de instituições da educação terciária são investigados tanto por meio de registros administrativos (*Survey of Colleges and Institutes - SCI*)²³ quanto a partir do censo nacional do ensino pós-secundário (*Postsecondary Student Information System - PSIS*)²⁴. O primeiro inclui faculdades (*colleges*²⁵) e institutos mantidos com recursos públicos e o segundo diz respeito a toda gama de formação pós-secundária (universidades, faculdades - *community colleges* - e centros de treinamento vocacional), investigando os programas e seus respectivos estudantes. As características do corpo docente universitário, incluindo informações sobre salário, ramo e área de atuação, são coletadas pelo censo sobre esse tema, baseado em registros administrativos (*University and College Academic Staff System - UCASS*)²⁶. Além disso, esse item inclui estimativas dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, total e percentual do PIB, a partir das definições e orientações da OECD.

Ainda relativo ao item 4, o Canadá participa, juntamente com outros países, da pesquisa internacional sobre alfabetização e habilidades gerais de adultos (*International Adult Literacy and Skills Survey – IALSS*)²⁷, que permite obter informações mais aprofundadas sobre capacidade de leitura, escrita e operações matemáticas básicas da população de 16 a 65 anos de idade²⁸. O grau de alfabetização dos adultos é medido por meio de quatro domínios de competência cognitiva: compreensão de textos literários, compreensão de documentos informativos, conhecimentos numéricos e capacidade de resolver problemas. Cinco níveis

²² Disponível em:

<<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3154&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: jan. 2013.

²³ Disponível em:

<<http://www23.statcan.gc.ca:81/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SurvId=34263&SurvVer=1&Instald=34264&InstaVer=1&SDDS=5143&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: jan. 2013.

²⁴ Disponível em :

<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=5017&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>. Acesso em: jan.2013.

²⁵ Especificamente, no Canadá, “college” não equivale a uma faculdade, pois somente as universidades podem emitir diplomas de graduação (*degrees*). Os “colleges” tendem a ser mais profissionalizantes e oferecem certificados que não possibilitam o acesso aos níveis de mestrado e doutorado.

²⁶

Disponível

em:

<<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3101&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: jan. 2013.

²⁷ Disponível em: <<http://nces.ed.gov/surveys/all/index.asp>>. Acesso em: jan. 2013.

²⁸ Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/89-617-x/89-617-x2005001-eng.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

hierárquicos de proficiência são classificados para cada domínio, dado que o nível 3 já é considerado o “adequado” para lidar com a crescente demanda da atual economia do conhecimento. Essa pesquisa permite desagregar dados por idade, sexo, etnia, nível educacional, condição de ocupação e saúde, área de residência (urbana e rural), acesso e uso de tecnologias da informação e participação em atividades comunitárias. Finalmente, o nível educacional da população canadense é medido de acordo com as categorias da Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED) e as informações são coletadas usando os dados do censo demográfico (*Census of Population*)²⁹ e da pesquisa sobre força de trabalho (*Labour Force Survey - LFS*)³⁰.

O item 5 investiga o percurso escolar de jovens até o ensino terciário e entrada no mercado de trabalho a partir de uma pesquisa longitudinal (*Youth in Transition Survey - YITS*)³¹, que acompanha duas coortes de jovens a cada dois anos (uma com jovens de 15 anos e outra com jovens 18 a 20 anos de idade no início do período)³². A situação educacional desses jovens em relação à educação secundária é dividida em três grupos: aqueles que seguiram os estudos secundários, aqueles que completaram esse nível e aqueles que o abandonaram. Uma classificação similar é usada para os estudos pós-secundários. O tipo e a área de qualificação pós-secundária são utilizados para estudos sobre inserção profissional desses jovens. Além disso, grupos de concluintes são entrevistados, dois e cinco anos após a conclusão do curso, com o intuito de investigar quais possuíam emprego em tempo integral, o nível salarial dos empregados e a mobilidade espacial antes e após a conclusão do curso³³. As frequências ao ensino secundário e pós-secundário são calculadas usando o LFS, assim como as taxas de desemprego e rendimentos por nível educacional. Finalmente, essa mesma pesquisa informa sobre o nível educacional, status ocupacional e grupo de idade dos jovens que conciliam estudo e trabalho.

5.3 Reino Unido

O Instituto de estatística do Reino Unido (UK National Statistics) também recorre a uma ampla gama de fontes de dados para abarcar a diversidade de temas apresentados no seu

²⁹ Disponível em: <<http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/index-eng.cfm>>. Acesso em: jan. 2013.

³⁰ Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3701&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: jan. 2013.

³¹ Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4435&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>>. Acesso em: jan. 2013.

³² Ver questionário da pesquisa em: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=assembleInstr&Item_Id=75581&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2>. Acesso em: jan. 2013.

³³ Dados provenientes da pesquisa nacional dos graduados (National Graduates Survey - NGS).

portal. Esse instituto classifica o tema “Crianças, educação e habilidades” em três tópicos e respectivos subtópicos:

- 1) **Crianças e anos iniciais de escolarização:** bem-estar e segurança das crianças, cuidado infantil, anos iniciais de escolarização e crianças menores de 5 anos;
- 2) **Educação primária e secundária:** escolas primárias e secundárias, estudantes da educação primária e secundária, docentes da educação primária e secundária, comportamento na educação primária e secundária, habilidades e qualificações da educação primária e secundária;
- 3) **Educação pós-secundária e educação de adultos:** provedores de educação pós-secundária e de adultos, habilidades e qualificações da educação pós-secundária, docentes da educação pós-secundária, frequência e comportamento na educação pós-secundária e estudantes da educação pós-secundária.

Como o portal disponibiliza uma variedade de publicações para cada um dos subtópicos, optou-se por selecionar algumas dessas publicações com o intuito de ilustrar o tipo de informação investigada e, quando possível, a fonte dessas informações. Percebe-se, pela distribuição temática, que esse país privilegia o item 3 das recomendações da UNESCO (1978), divergindo da abordagem canadense e mexicana. A seguir:

1. Crianças e anos iniciais de escolarização

- Bem-estar e segurança das crianças

As publicações disponibilizam informações sobre crianças e adolescentes que participaram de programas de adoção, estiveram em orfanatos ou em programas de reabilitação. Avaliam-se o desempenho escolar dessas crianças e sua situação geral (ocupacional, educacional, comportamental, de saúde, etc.) após terem saído dos cuidados providos pelo Estado (aos 16 e aos 19 anos de idade). O tipo de infração ou crime cometido por jovens de 10 a 17 anos de idade também é investigado. Além disso, divulgam-se dados sobre a percepção dos pais de crianças portadoras de deficiência sobre os serviços disponíveis, crianças desaparecidas, mortalidade infantil, mortalidade infantil por causas preveníveis. A maior parte dessas informações é proveniente de registros administrativos.

- Cuidado infantil

Esse sub-tema provê informações sobre educação infantil coletadas por meio do Censo da educação infantil (Early Years Census) e do Censo escolar (School Census). Apresentam-se estatísticas para a rede pública, privada e voluntária sobre oferta de creche e pré-escola, número de horas e de vagas oferecidas, características dos trabalhadores e docentes,

avaliação dos pais sobre os serviços e motivos para usá-los ou não, características das mulheres no mercado de trabalho que usam os serviços públicos de cuidado infantil.

- Anos iniciais de escolarização

Trata-se do acompanhamento, a partir de uma pesquisa longitudinal, do desenvolvimento cognitivo das crianças com até cinco anos de idade de acordo com os padrões estabelecidos pela lei sobre cuidado infantil (The Childcare Act Section 39(1)(a) 2006). Essa lei estabelece um currículo nacional de aprendizado e desenvolvimento infantil (The Early Years Foundation Stage - EYFS). Informações provenientes dessa pesquisa são usadas para calcular indicadores e acompanhar metas nacionais.

- Crianças menores de 5 anos

Nesse sub-tópico são apresentados dados sobre os centros de atendimento focalizado nos grupos mais vulneráveis que integram cuidados com crianças abaixo de 5 anos de idade e suas famílias (Sure Start Children's Centres).

2. Educação primária e secundária

- Escolas primárias e secundárias

O censo escolar é utilizado para a obtenção de informações anuais sobre as escolas primárias e secundárias, as características dos alunos, do corpo docente e das instalações escolares (número de alunos por turma, quantidade de vagas disponíveis, etc.). Recorre-se a registros administrativos para avaliar a natureza dos apelos feitos pelos pais quando é negada a admissão dos filhos nas escolas de preferência. Também são apresentados dados relativos ao investimento em educação pelas autoridades locais.

- Estudantes da educação primária e secundária

Aprofunda-se a análise do censo escolar quanto à frequência dos alunos à escola e suas características sociodemográficas como sexo, etnia, elegibilidade para alimentação escolar gratuita, necessidades especiais e língua materna. Avaliam-se também o deslocamento dos alunos para a escola, qualidade da merenda escolar e motivos para a ausência na escola. Investiga-se ainda o percurso escolar dos alunos que terminaram o ensino secundário, isto é, o percentual destes que seguiram estudando e qual foi o curso ingressado. Além disso, duas pesquisas longitudinais (*Youth Cohort Study - YCS e Longitudinal Study of Young People in England - LSYPE*)³⁴ acompanham o destino dos jovens dos 13 aos 19 anos, inclusive daqueles que não estavam mais estudando (*Follow up Survey of School Leavers*).

- Docentes da educação primária e secundária

³⁴ <http://www.education.gov.uk/rsgateway/DB/SBU/b001014/b01-2011v2.pdf>

Além do censo escolar, são utilizadas pesquisas anuais sobre o corpo docente (*Annual Survey of Teachers in Service and Teacher Vacancies*) para calcular a proporção de alunos por professor e por demais trabalhadores da educação. Investigam-se ainda a qualificação dos professores, os motivos para a ausência dos mesmos e o perfil dos alunos dos cursos preparatórios para docentes.

- Comportamento na educação primária e secundária

Merece destaque a pesquisa sobre o comportamento e atitude dos jovens de 11 a 16 anos de idade (*Young Persons Behaviour and Attitudes Survey*) que abarca temas como escolhas educacionais, nutrição, esporte, frequência a bibliotecas, atividades culturais, uso de tecnologias, atitudes em relação à violência doméstica, comportamento anti-social, drogas, álcool, cigarro, experiência sexual, etc. Além disso, investigam-se o comportamento em sala de aula, bem-estar na escola (por exemplo, incidência de *bullying*) e os motivos para expulsão ou suspensão.

- Habilidades e qualificações da educação primária e secundária

O desempenho dos alunos é avaliado anualmente por pesquisas nacionais (*Survey of Literacy and Numeracy e National Curriculum Assessments*). Há também pesquisas sobre o desempenho dos alunos dos distintos tipos de qualificação vocacional.

3. Educação pós-secundária e educação de adultos

Devido à dificuldade de selecionar as publicações pertinentes a cada um dos subtópicos, optou-se por apresentar um panorama geral dos assuntos tratados nesse tópico.

A publicação sobre a educação pós-secundária (*Higher Education Statistics for the United Kingdom*) provê informações sobre os alunos, professores, financiamento, graduados, destino dos graduados e comparações internacionais. Além disso, há publicações sobre os programas de treinamento e preparação para o mercado de trabalho destinado a pessoas de 16 anos ou mais de idade e sobre o destino daqueles que participaram desses programas. Apresentam-se, também, os resultados de pesquisas longitudinais sobre o destino dos graduados da educação pós-secundária em relação ao emprego, nível salarial e educacional obtido.

A análise mais detalhada das estatísticas educacionais existentes nesses três países ilustrou a diversidade de fontes e de temas investigados, em especial, a divisão entre os dados provenientes dos estabelecimentos escolares (a partir de registros administrativos e censos escolares) e aqueles advindos das pesquisas populacionais (como censos demográficos e pesquisas amostrais domiciliares). Ainda que a produção das informações relativas aos estabelecimentos escolares não ocorra necessariamente no âmbito dos institutos de estatística, elas são divulgadas pelos mesmos e, em alguns casos, como no Reino Unido e França,

privilegia-se o acesso a esses dados nos seus respectivos portais³⁵. Além disso, alguns temas relativos às pesquisas populacionais se mostraram recorrentes, como: a qualificação para o trabalho, focalizando na transição da escola para o trabalho, área de qualificação na educação pós-secundária e pesquisas mais aprofundadas sobre alfabetização. Essas questões serão tratadas em maior detalhe na seção a seguir.

6. Discussão sobre temas relevantes não abarcados pelas pesquisas do IBGE

A despeito da gama de informações proporcionadas pelas bases de dados do IBGE, a complexidade dos fatores que permeiam o processo educacional e seu impacto nas condições de vida da população requerem análises mais detalhadas. Conforme foi identificado na seção sobre experiências internacionais, informações sobre uma série de temas, como analfabetismo funcional e transição da escola para o trabalho, dependem de pesquisas específicas e/ou do uso de diferentes metodologias, como pesquisas longitudinais. Além disso, as especificidades do sistema educacional brasileiro apontam para características relevantes ainda não investigadas pelas pesquisas do IBGE.

Neste particular, vale a pena citar a pesquisa transversal que incluiu um número maior de perguntas relevantes para o tema da educação, intitulada Pesquisa Dimensão Social das Desigualdades/PDSD, de abrangência nacional. O projeto, realizado em 2008, estava vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no programa “Institutos do Milênio”, foi coordenado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e teve a participação de diversas outras instituições acadêmicas, sendo o trabalho de campo desenvolvido pelo IBOPE.

Nesta pesquisa há uma série de perguntas que não constam normalmente nas bases de dados do IBGE. Por exemplo, foram investigadas informações sobre rede de ensino (inclusive para quem não estudava mais), tempo de permanência na escola, turno, percepção do ambiente escolar e do desempenho individual, frequência anterior na educação pré-escolar, tempo dedicado ao estudo, idade em que parou de estudar, cursos feitos fora do ensino regular e educação dos pais. Essas informações são relevantes para captar características específicas do sistema educacional brasileiro e para analisar os principais determinantes dos percursos e das desigualdades educacionais. Em anexo, encontra-se reproduzido o conjunto de quesitos que cobre vários aspectos da trajetória escolar dos indivíduos proveniente da PDSD.

³⁵ Nos quadros 3 e 4, foi feito um resumo das principais questões abordadas nesses três países com o objetivo de sistematizar as estatísticas educacionais produzidas pelos mesmos e compará-los com o que é feito no Brasil.

A informação sobre a escolaridade dos pais já foi investigada pelo IBGE com um nível de respostas bastante satisfatório na Pesquisa sobre Padrões de Vida/PPV – 1996/1997, nas PNADs de 1976, 1988 e 1996 e, em 2008, na Pesquisa das Características Étnico-raciais da População/PCERP. Esse atributo, usado como *proxy* do capital cultural familiar, é apontado por diversos estudos como um dos principais determinantes da escolaridade dos filhos e, conseqüentemente, da reprodução das desigualdades educacionais a cada nova geração. Autores clássicos que analisaram as desigualdades educacionais, como Boudon (1973) e Bourdieu (1964), partindo de correntes teóricas distintas, enfatizaram que essas desigualdades são fortemente determinadas pelo capital cultural herdado, o que Bourdieu (1964) denomina de nível de coincidência entre a cultura familiar e a escolar, refletida na escolaridade dos pais.

Conhecer as estratégias adotadas pelos pais e familiares para garantir vantagens competitivas no ambiente escolar, como cursos de língua, computação e aulas particulares também contribui para a compreensão do percurso escolar, além de ser uma importante linha de pesquisa (ZANTEN, 2006). Sabe-se também que os estudantes que frequentaram instituição de ensino em idade pré-escolar obtiveram desempenhos melhores do que aqueles que não o fizeram³⁶.

Complementarmente, ressalta-se a importância do aprendizado informal proporcionado pelo envolvimento dos pais em atividades culturais e o tipo de atividade cultural ou recreativa praticada pelas crianças e adolescentes. O Instituto de estatística da Austrália (*Australian Bureau of Statistics - ABS*) investiga quais são as atividades culturais que fazem parte desse aprendizado informal em suplementos da pesquisa mensal sobre força de trabalho (Labour Force Survey - LFS). O suplemento trienal sobre educação e cuidado infantil (Childhood Education and Care Survey - CEaCS³⁷) é realizado com crianças de 0 a 12 anos de idade e suas famílias. Segundo resultados recentes, em 2011, a atividade mais popular, realizada por 80% dos pais australianos com seus filhos de 0 a 2 anos de idade na semana de referência, foi ler uma história. A maioria dos pais (77%) tocou música, cantou, dançou ou fez outra atividade musical. Metade deles assistiu seus filhos em atividades criativas como desenhar e escrever. Assistir à televisão e DVDs foi mais frequente no caso dos pais com crianças de 3 a 8 anos de idade. As atividades culturais, esportivas e recreativas das crianças de 5 a 14 anos de idade foram pesquisadas no suplemento (Children's Participation in Cultural and Leisure Activities³⁸) da LFS, em 2012. Investigou-se, por exemplo, a frequência em bibliotecas públicas, museus ou galerias de arte, eventos artísticos (teatro, shows, etc.), tipo de esporte praticado e principais

³⁶ Ver resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment - PISA) referentes a 2009. Disponível em: < <http://encceja.inep.gov.br/web/guest/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: ago. 2013.

³⁷ <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4402.0>

³⁸ <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4901.0/>

atividades recreativas (ler, andar de bicicleta, ver televisão, jogar jogos eletrônicos, etc.). Essa pesquisa também inclui informações sobre uso da Internet e do celular.

Além disso, informação sobre o tipo de estabelecimento de ensino cursado (público, particular, municipal, estadual e federal) no nível anterior ao nível de ensino mais elevado que frequentou possibilitaria analisar em maior profundidade a divisão entre a rede pública e a particular, considerada principal dualidade do sistema educacional brasileiro. Com essa informação, seria possível identificar, por exemplo, qual o perfil educacional daqueles que frequentam ou frequentaram a universidade, isto é, quantos vieram da rede pública ou particular de ensino médio. Esse tema ganha ainda mais relevância tendo em vista a destacada posição do Brasil como um dos países cujas desigualdades de desempenho entre os alunos dessas duas redes de ensino são mais acentuadas (PISA, 2009). A maior parte dessa diferença decorre do perfil socioeconômico desigual dos respectivos públicos, mas frequentar a rede particular apresenta um efeito líquido no desempenho dos alunos não desprezível, conforme verificado em diversos estudos (ALBERNAZ *et al.*, 2002; SOARES; ALVES, M. T. G., 2003; SOARES; ANDRADE, 2008; SOARES; CANDIAN, 2007; SOARES; MAROTTA, 2009; SOARES, 2005). Essa situação é extremamente preocupante no caso brasileiro, tendo em vista a organização perversa desse sistema de ensino, no qual a entrada na universidade está fortemente associada à conclusão do ensino médio em rede particular³⁹.

Temas relativos ao abandono escolar precoce também não são explorados sistematicamente pelas pesquisas do IBGE, mas estiveram presentes nos suplementos das PNADs 2001 e 2006, com os quais se investigou o trabalho infantil. A pergunta “qual é o principal motivo de não frequentar a escola ou creche?” foi feita para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos na PNAD 2006 com as seguintes possibilidades de resposta:

1. Ajudar nos afazeres domésticos
2. Trabalhar ou procurar trabalho
3. Falta de transporte escolar
4. Falta de dinheiro para as despesas (de mensalidade, material, transporte, vestuário e calçados, etc.) para se manter na escola ou creche
5. Falta de documentação
6. Não existe escola ou creche perto de casa
7. Falta de vaga na escola ou creche
8. Concluiu a série ou curso desejado
9. Não tem quem o(a) leve

³⁹ Estudar em escola particular aumenta em quinze vezes as chances de entrar para a universidade em comparação com o ensino público, segundo Ribeiro (2011).

10. Doença ou incapacidade
11. Não quis frequentar escola ou creche (problemas com a direção, professor, colegas, outro motivo, etc.)
12. Expulsão da escola ou creche que frequentava
13. A escola ou creche perto de casa não oferece outras séries ou curso mais elevado
14. Os pais ou responsáveis não querem que frequente
15. Os pais ou responsáveis preferem que trabalhe
16. Outro motivo

Os três principais motivos para a população de 7 a 17 anos de idade não frequentar a escolar foram: não frequentavam por vontade própria ou de seus pais ou responsáveis ou porque concluíram a série ou curso desejado (37,8%); motivos relacionados a trabalho e afazeres domésticos (20,4%); e “outro motivo” (21,3%)⁴⁰. O foco da investigação no abandono escolar precoce para aqueles com até 17 anos de idade limita uma análise mais ampla sobre abandono escolar que ocorre usualmente na transição da escola para o trabalho vivenciada pelos jovens. Além disso, a universalização da entrada no ensino fundamental reduziu significativamente o número de crianças com até 14 anos de idade fora da escola, fazendo com que sua baixa incidência limite as possibilidades de desagregação.

No México, por exemplo, o módulo sobre educação, capacitação e emprego (*Módulo de Educación, Capacitación y Empleo 2009*)⁴¹ da Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (*Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo - ENOE*) foi feita para a população economicamente ativa de 12 anos ou mais, ou seja, que já havia experimentado essa transição. Temas mais relacionados a esse grupo, como a falta de recursos, de interesse e o casamento, união ou gravidez se mostraram categorias relevantes para a compreensão do abandono escolar nesse país, conforme indica o quadro abaixo. É importante ressaltar que a pergunta “com que idade deixou de estudar ou concluiu seus estudos?” foi incluída nesse estudo, o que permitiu a investigação do abandono escolar precoce, mesmo que, em alguns casos, retrospectivamente. Conhecer quais são as expectativas educacionais e as aspirações profissionais dos estudantes também contribui para a compreensão do percurso escolar dos mesmos.

⁴⁰ Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazeres/publicacao_afazeres.pdf.
Acesso em: jan. 2013.

⁴¹ Disponível em:
<http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/estudios/sociodemografico/mece/mece09/mece09.pdf>.
Acesso em: jan. 2013.

Principais motivos pelos quais não estava mais estudando	%
Não existe escola ou era distante	2,6%
Insegurança na escola	0,1%
Estudar não era útil	0,4%
Discriminação ou violência na escola	0,1%
Reprovação, suspensão ou expulsão	1,2%
Não gostou de estudar	14,1%
Dinheiro insuficiente para pagar a escola	32,2%
Ajudar nas despesas de casa	18,3%
Ajudar nos afazeres domésticos ou cuidado com pessoas	1,1%
A família não deixou	2,1%
Migração da família	0,5%
Doença ou acidente	0,5%
Gravidez, casamento ou união	5,8%
Incapacidade física ou mental	0,1%
Não havia qualificações para continuar	0,1%
Completou os estudos	11,9%
Concluiu a série ou o curso desejado	4,3%
Outra razão	4,7%
Total	100,0%

Fonte: INEGI. Módulo de Educación, Capacitación y Empleo MECE 2009

Tabulação própria

Essa fase, durante a qual o jovem sai da escola e ingressa no mercado de trabalho, é considerada um momento crucial no ciclo de vida dos indivíduos, representando o início do processo de autonomização que culmina na assunção plena dos papéis sociais de adulto. Para a sociedade, a transição pode significar mudança ou continuidade da divisão social do trabalho e da estratificação social. Os jovens, de forma geral, estão em desvantagem na competição por emprego, pois praticamente não possuem experiência nem qualificações específicas para certos tipos de trabalho, o que dificulta a sua inserção e aumenta a incidência de desemprego (FRESNEDA, 2009).

Devido à deterioração das condições do mercado de trabalho, a inserção juvenil tornou-se um problema social de grande envergadura e o período de transição da escola para o trabalho está cada vez mais longo e heterogêneo. A saída da escola não representa mais o ingresso em um emprego de período integral, mas apenas uma de muitas combinações entre trabalho e estudo ao longo da vida (OECD, 2000). Como consequência, ocorreu o surgimento do que alguns pesquisadores têm chamado de *training state*, isto é, a proliferação de políticas de treinamento para o trabalho, como uma das formas encontradas pelos governos nacionais para lidar com o desemprego juvenil desde os anos 80 (MIZEN, 2004). Como resultado, estatísticas sobre a transição da escola para o trabalho e sobre qualificação técnica, profissionalizante ou vocacional (*Non-school qualification, vocational education, training, etc.*) passaram a ser divulgadas por diversos institutos de estatística.

O suplemento da PNAD 2007, realizado pelo IBGE em convênio com o Ministério da Educação (Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional), investigou as características da educação profissional dos moradores de 10 anos ou mais de idade, mas não relacionou essas qualificações com a inserção profissional, isto é, sua contribuição para o primeiro emprego, o tipo de emprego obtido, a demora em obtê-lo, a rotatividade, a forma utilizada para ingressar no mercado de trabalho, compatibilidade entre a qualificação e a tarefa desempenhada, etc..

Incluir perguntas sistemáticas sobre curso técnico de nível médio e graduação tecnológica também atenderia a demanda da UNESCO (1978) contida no *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses*, no que diz respeito à classificação dos níveis educacionais contidos no ISCED.

Outra demanda da UNESCO (1978) é identificar, além do nível, a área de educação com o objetivo de se examinar a correspondência entre oferta e demanda de mão-de-obra qualificada e o planejamento e regulação das diferentes especializações oferecidas. Essas informações foram investigadas nos censos 2000 e 2010, mas estão ausentes nas demais pesquisas do IBGE.

Atualmente, a ISCED 2011 distingue as seguintes áreas gerais e respectivas subáreas:

0. Programas Gerais: programas básicos, alfabetização e desenvolvimento pessoal
1. Educação: licenciatura e ciência da educação
2. Artes e Humanidades: artes e humanidades
3. Ciências Sociais, negócios e direito: ciências sociais e comportamentais, jornalismo e informação, negócios e administração e direito
4. Ciências: ciências biológicas, ciências físicas, matemática e estatística, computação
5. Engenharia, produção e construção: engenharia, produção e processos, arquitetura e construção
6. Agricultura: agricultura, engenharia florestal e pesca, veterinária
7. Saúde e Bem-estar: saúde, serviços sociais
8. Serviços: serviços pessoais, serviços de transporte, proteção ambiental, serviços de segurança

As pesquisas do IBGE coletam informações sobre alfabetização a partir da pergunta “sabe ler e escrever?”, ou seja, a identificação dos analfabetos depende da declaração do informante. Diversos países entre eles, Itália, Noruega, Suíça, Bermuda, Canadá, Estados Unidos, Hungria, Austrália, Nova Zelândia e Holanda, além do Canadá mencionado anteriormente e o estado mexicano Nuevo Leon, participam ou participaram da pesquisa internacional sobre alfabetização e habilidades cognitivas da população adulta (*International*

*Adult Literacy and Skills Survey – IALSS*⁴²). Essa pesquisa permite obter informações mais aprofundadas com comparabilidade internacional sobre capacidade de leitura, escrita e operações matemáticas básicas da população de 16 a 65 anos de idade.

Finalmente, na ausência de uma pesquisa longitudinal para investigar a trajetória escolar da população, perguntas retroativas sobre o histórico escolar podem ser importantes fontes de informação. A Pesquisa sobre Padrões de Vida/PPV – 1996/1997 incluiu um histórico escolar que pergunta, para cada nível de escolaridade, a idade de início, o tempo de permanência e o tempo fora da escola. Outra pesquisa que incluiu perguntas retroativas foi o suplemento da PNAD de 2006, no qual se investigou se o morador de 0 a 17 anos de idade frequentou escola ou creche no ano anterior ao da pesquisa e se ele foi aprovado na última série que frequentou nesse ano anterior.

Considerações finais

Os indicadores educacionais são essenciais para o conhecimento de um dos principais determinantes da condição de vida da população na medida em que a educação é imprescindível para a promoção da cidadania, inserção social e desenvolvimento pleno dos cidadãos. Por esses motivos, os institutos de estatística e os organismos internacionais procuram retratar os diversos aspectos da organização do sistema educacional e das características educacionais da população. Destarte, são necessárias informações tanto dos que frequentam as instituições de ensino quanto dos que delas saíram, recorrendo-se a pesquisas domiciliares, censos escolares e demográficos, além de registros administrativos e pesquisas longitudinais.

A partir da análise apresentada é possível elencar alguns temas relevantes a respeito da realidade educacional da população brasileira, mas que não são usualmente tratados nas pesquisas do IBGE. A análise das experiências internacionais mostrou que analfabetismo funcional e transição da escola para o trabalho são temas investigados na maioria dos institutos de estatística. Além disso, há carência de informações sistemáticas sobre a educação profissional, técnica ou tecnológica e área de qualificação que também estão disponíveis nesses institutos, como resposta às recomendações internacionais.

Em relação às pesquisas domiciliares, foram destacadas algumas características específicas do sistema educacional brasileiro que influem na trajetória escolar e que não são abarcadas sistematicamente pelas pesquisas do IBGE, como: educação dos pais, tipo estabelecimento de ensino e turno (inclusive para quem não estudava mais), tempo diário de

⁴² Disponível em: <<http://nces.ed.gov/surveys/all/index.asp>>. Acesso em: jan. 2013.

permanência na escola, frequência anterior na educação pré-escolar, idade com a qual parou de estudar e histórico escolar, percepção do ambiente escolar e do desempenho individual, tempo dedicado ao estudo, cursos feitos fora do ensino regular, atividades extra-escolares e motivos para o abandono escolar.

Ficou evidente que pesquisas longitudinais concebidas para acompanhar os estudantes ao longo de sua trajetória escolar permitiriam que se tivesse acesso detalhado tanto aos determinantes do percurso escolar quanto de sua interrupção. Além disso, possibilitariam investigar o processo de transição da escola para o trabalho, evidenciando o impacto de distintos caminhos educacionais nas formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Referencias

- ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. Qualidade e Equidade no Ensino Fundamental Brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 32, n. 3, 2002.
- DUBET, F. **L'école des chances**. Paris: Éditions Le Seuil, 2004.
- DUBET, F. **Les Places et les Chances: Repenser la Justice Sociale**. Paris: Éditions du Seuil et La République des Idées, 2010.
- DUBET, F.; DURU-BELLAT, M.; VÉRÉTOUT, A. **Les sociétés et leur école?: Emprise du diplôme et cohésion sociale**. Paris: Éditions du Seuil, 2010.
- ERIKSON, R.; JONSSON, J. O. **Can Education Be Equalized? The Swedish Case in Comparative Perspective**. Boulder, CO: Westview Press, 1996.
- FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade de Ensino Fundamental: Políticas, suas Possibilidades, seus Limites. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 989-1014, 2007.
- IPEA. **Educação. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, nº19. Brasília: 2011
- MIZEN, P. **The Changing State of Youth**. Basingstoke: Palgrave, 2004.
- OECD. **Education at a Glance 2011: OCDE Indicators**. Paris: OECD, 2011.
- UNESCO. Revised Recommendation concerning the International Standardization of Educational Statistics. Paris: UNESCO, 1978.
- ONU. Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses. **Statistical Papers**, Series M, n.67/Rev. 1. New York: United Nations, 1998.
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.
- SEABRA, T. Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 59, p. 75-106, 2009.
- SOARES, J. F. Qualidade e Equidade na Educação Básica Brasileira: Fatos e Possibilidades. In: SCHWARTZMAN, S. M. C. . (Ed.). **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 78-114.
- SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades Raciais no Sistema Brasileiro de Educação Básica. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003.
- SOARES, J. F.; ANDRADE, R. J. DE. O Efeito da Escola Básica Brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 41, p. 379-406, 2008.
- SOARES, J. F.; CANDIAN, J. O Efeito da Escola Básica Brasileira: as Evidências do Pisa e do SAEB. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, 2007.
- SOARES, J. F.; MAROTTA, L. Desigualdades no Sistema de Ensino Fundamental Brasileiro. In: VELOSO, F.; PESSOA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Eds.). **Básica no Brasil: Construindo o País do Futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 73-91.

ZANTEN, A. V. Fabrication et Effets de la Ségrégation Scolaire. In: PAUGAM, S. (Ed.). **L'exclusion, l'état des savoirs**. Paris: La Découverte, 2006.

Anexos

Quadro 1

Quadro comparativo dos quesitos de educação nas pesquisas domiciliares do IBGE					
Quesitos	PNAD 2011	POF 2008/2009	Censo 2010	PME	PNAD Contínua
	Todos os moradores	Todos os moradores	Todos os moradores	Moradores de 10 anos ou mais	Moradores de 5 anos ou mais
Alfabetismo					
1	Sabe ler e escrever?	Sabe ler e escrever?	Sabe ler e escrever? (5 anos ou mais)	sabe ler e escrever?	Sabe ler e escrever?
Para quem frequenta escola					
2	Frequenta escola ou creche?	Frequenta escola ou creche?	Frequenta escola ou creche?	Frequenta escola?	Frequenta escola?
2a	A escola que frequenta é pública ou privada?	"Sim, pública" ou "Sim, particular"	"Sim, pública" ou "Sim, particular"	-	-
2b	A escola da rede pública é municipal, estadual ou federal?	-	-	-	-
3a	Qual o curso que frequenta? (11 níveis)	Qual o curso que frequenta? (13 níveis)	Qual o curso que frequenta? (12 níveis)	Qual o curso que frequenta? (9 níveis)	Qual o curso que frequenta? (9 níveis)
3b	A duração do curso fundamental é de 8 ou 9 anos?	A duração do curso fundamental é de 8 ou 9 anos?	-	-	A duração do curso fundamental é de 8 ou 9 anos?
4	Este curso que frequenta é seriado? (EJA e supletivo do ensino fundamental e médio)	-	-	Este curso que frequenta é seriado? (supletivo do ensino fundamental/1º e médio/2º)	Este curso que frequenta é seriado? (Regular do ensino fundamental e médio/EJA e supletivo do ensino fundamental e médio)
5	Qual a série (ano) que frequenta? (Regular do ensino fundamental e médio, EJA e supletivo do ensino fundamental e médio, superior de graduação)	Qual a série frequenta? (para todos os casos e opção para curso não-seriado)	Qual a série/ano que frequenta? (fundamental) Qual a série que frequenta? (médio)	Qual a série que frequenta? (Regular do ensino fundamental/1º e médio/2º, supletivo do ensino fundamental/1º e médio/2º, superior de graduação)	Qual é o ano que frequenta? (Fundamental 9 anos/superior-graduação) Qual a série que frequenta? (Regular do ensino fundamental e médio, EJA e supletivo do ensino fundamental e médio, superior de graduação)
6	-	-	Já concluiu outro curso superior de graduação?	-	Já concluiu algum outro curso superior de graduação?
Para quem não frequenta escola					
7	Anteriormente frequentou escola ou creche?	"Não, mas já frequentou" ou "Nunca frequentou"	"Não, mas já frequentou" ou "Não, nunca frequentou"	Anteriormente frequentou escola?	Anteriormente frequentou escola?
7a	Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (13 níveis)	Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (16 níveis)	Qual foi o curso de nível mais elevado que frequentou? (14 níveis)	Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (9 níveis)	Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (12 níveis)
7b	A duração do curso que frequentou anteriormente era de? (regular do ensino fundamental/1º)	A duração desse curso de ensino fundamental ou 1º grau era de?	-	-	A duração deste curso que frequentou anteriormente era de? (regular do ensino fundamental/1º)
8	Este curso que frequentou anteriormente era seriado? (Antigo ginásio, antigo científico, EJA e supletivo do ensino fundamental/1º e médio/2º)	-	-	Este curso que frequentou anteriormente era seriado? (Antigo ginásio, antigo científico, ensino fundamental/1º, ensino médio/2º, ensino fundamental e médio)	Este curso que frequentou anteriormente era seriado? (Antigo ginásio, antigo científico, regular do ensino fundamental e médio, EJA e supletivo do ensino fundamental e médio)
9	Concluiu, com aprovação, pelo menos a primeira série deste curso que frequentou anteriormente? (todos os casos, exceto mestrado/doutorado, alfabetização de jovens e adultos, creche, CA, maternal/jardim de infância)	-	-	Concluiu, com aprovação, pelo menos a primeira série deste curso que frequentou anteriormente? (todos os casos, exceto mestrado/doutorado, alfabetização de jovens e adultos, pré-escolar)	Concluiu, com aprovação, pelo menos a(o) primeira(o) série(ano) deste curso que frequentou anteriormente? (todos os casos, exceto CA, alfabetização de jovens e adultos, mestrado, doutorado)
10	Qual foi a última série que concluiu, com aprovação, neste curso que frequentou anteriormente? (todos os casos, exceto mestrado/doutorado, alfabetização de jovens e adultos, creche, CA, maternal/jardim de infância)	Qual foi a última série que concluiu com aprovação? (para todos os casos e opção para curso não-seriado)	-	Qual foi a última série que concluiu, com aprovação, neste curso que frequentou anteriormente? (todos os casos, exceto mestrado/doutorado, alfabetização de jovens e adultos, pré-escolar)	Qual foi o último ano que concluiu, com aprovação, neste curso que frequentou anteriormente? (Fundamental 9 anos/superior-graduação) Qual foi a última série que concluiu, com aprovação, neste curso que frequentou anteriormente? (todos os casos, exceto casos anteriores, CA, alfabetização de jovens e adultos, mestrado, doutorado)
11	Concluiu este curso que frequentou anteriormente? (para todos os casos)	Concluiu o curso mais elevado que frequentou? (para todos os casos)	Concluiu este curso? Todos os casos, exceto 1º a 3º série/ 1º a 4º ano e 4º série/5º ano)	Concluiu este curso? (todos os casos, exceto alfabetização de adultos e pré-escola)	Concluiu este curso que frequentou anteriormente? (para todos os casos)
12	-	-	Qual a espécie do curso mais elevado que concluiu? (especialização de nível superior, superior de graduação, mestrado, doutorado)	-	-
13	-	-	-	Concluiu algum curso de qualificação profissional?	-
14	-	-	-	Frequenta curso de qualificação profissional?	-
15	-	-	-	Qual foi o nível de escolaridade exigido para poder frequentar este curso de qualificação profissional?	-

Continuação Quadro 1

Para quem frequenta escola				
PNAD 2011	POF 2008/2009	Censo 2010	PME	PNAD Contínua
Qual o curso que frequenta? (11 níveis)	Qual o curso que frequenta? (13 níveis)	Qual o curso que frequenta? (12 níveis)	Qual o curso que frequenta? (9 níveis)	Qual o curso que frequenta? (9 níveis)
Qual o curso que frequenta? (11 níveis)	Qual o curso que frequenta? (13 níveis)	Qual o curso que frequenta? (12 níveis)	Qual o curso que frequenta? (9 níveis)	Qual o curso que frequenta? (9 níveis)
Creche	Creche	Creche	-	-
Maternal, jardim de infância etc.	Pré-escolar	Pré-escolar (maternal e jardim de infância)	Pré-escolar	Pré-escolar (maternal e jardim de infância)
Classe de alfabetização - CA	Classe de alfabetização de crianças	Classe de alfabetização - CA	-	-
Alfabetização de jovens e adultos	Alfabetização de adultos	Alfabetização de jovens e adultos	Alfabetização de adultos	Alfabetização de jovens e adultos
Regular do ensino fundamental	Regular do ensino fundamental	Regular do ensino fundamental	Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	Regular do ensino fundamental
Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental	Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou 1º grau	Educação de jovens e adultos - EJA - ou supletivo do ensino fundamental	Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino fundamental
Regular do ensino médio	Regular do ensino médio	Regular do ensino médio	Regular do ensino médio ou do 2º grau	Regular do ensino médio
Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio	Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio ou 2º grau	Educação de jovens e adultos - EJA - ou supletivo do ensino médio	Supletivo do ensino médio ou do 2º grau	Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino médio
-	Tecnológico superior	-	-	-
Pré-vestibular	Pré-vestibular	-	Pré-vestibular	-
Superior de graduação	Superior - graduação	Superior de graduação	Superior - graduação	Superior - graduação
-	Especialização superior	Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)	-	-
Mestrado ou doutorado	Mestrado ou doutorado	Mestrado	Mestrado ou doutorado	Mestrado
-	-	Doutorado	-	Doutorado
Para quem não frequenta a escola				
Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (13 níveis)	Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (16 níveis)	Qual foi o curso de nível mais elevado que frequentou? (14 níveis)	Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (9 níveis)	Qual foi o curso mais elevado que frequentou anteriormente? (12 níveis)
Creche	Creche	Creche, pré-escolar (maternal e jardim de infância), classe de alfabetização	-	-
Maternal, jardim de infância	Pré-escolar	-	Pré-escolar	-
Classe de alfabetização - CA	Classe de alfabetização de crianças	-	-	Classe de alfabetização - CA
Alfabetização de jovens e adultos	Alfabetização de adultos	Alfabetização de jovens e adultos	Alfabetização de adultos	Alfabetização de jovens e adultos
Elementar (primário)	Antigo primário	Antigo primário (elementar)	Elementar (primário)	Antigo primário (elementar)
Médio 1º ciclo (ginasial, etc.)	Antigo ginásio	Antigo ginásio (médio 1º ciclo)	Médio 1º ciclo (ginasial, etc.)	Antigo ginásio (médio 1º ciclo)
Médio 2º ciclo (científico, clássico etc.)	Antigo clássico, científico, etc.	Antigo científico, clássico etc...(Médio 2º ciclo)	Médio 2º ciclo (científico, clássico etc.)	Antigo científico, clássico etc...(Médio 2º ciclo)
Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	Regular do ensino fundamental	(da 1ª a 3ª série/do 1º ao 4º ano)	Ensino fundamental ou 1º grau	Regular do ensino fundamental ou do 1º grau
-	-	(4ª série/ 5º ano)	-	-
-	-	(da 5ª a 8ª série/do 6º ao 9º ano)	-	-
Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou 1º grau	Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	-	Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino fundamental
Regular do ensino médio ou do 2º grau	Regular do ensino médio	Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau	Ensino médio ou do 2º grau	Regular do ensino médio ou do 2º grau
Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau	Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino médio ou 2º grau	-	-	Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino médio
-	Tecnológico superior	-	-	-
-	Pré-vestibular	-	-	-
Superior de graduação	Superior - graduação	Superior de graduação	Superior - graduação	Superior - graduação
-	Especialização superior	Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)	-	-
Mestrado ou doutorado	Mestrado ou doutorado	Mestrado	Mestrado ou doutorado	Mestrado
-	-	Doutorado	-	Doutorado

Quadro 2

Portais de institutos de estatística - tema educação

Países selecionados	Nomenclatura dos temas relativos a Educação	Sub-temas/categorias	Fontes	
INSEE/França http://www.insee.fr/fr/themes/	Enseignement - Éducation	Élèves, établissements et enseignants, diplômes - formation, dépenses d'éducation	Insee, Ministère de l'Éducation Nationale	
Reino Unido http://www.statistics.gov.uk/hub/children-education-skills/index.html	Children, Education and Skills	Children and Early Years Education School and College Education Higher Education and Adult Learning	Department for Education and the Department for Business, Innovation and Skills Department for Health, Social Service and Public Safety	
INE / Espanha http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=%2Ft25%2Fp444&file	Sociedad / Educación	Operaciones estadísticas relacionadas	Elaboradas por el INE // Elaboradas por otros organismos	
	Síntesis estadística / Indicadores sociales	Selección de año / Tema Educación	INE, Encuesta de Población Activa	
Australian Bureau of Statistics/ Austrália http://www.abs.gov.au/websitedbs/c311215.nsf/web/education+and+training	People/education and training	Early childhood education and care Schools Education and training surveys	ABS, Standing Council on School Education and Early Childhood, Department of Industry, Innovation, Science, Research and Tertiary Education, Department of Education, Employment and Workplace Relations, Australian Council for Educational Research, etc.	
		Other topics: higher education, vocational education&training, aboriginal peoples		
StatCAN/Canadá http://www.statcan.gc.ca/start-debut-eng.html	Education, training and learning	Education, training and learning (general) Adult education and training Education finance Education indicators Educational attainment Fields of study Literacy <u>Teachers and educators</u>	Statistics Canada and the Council of Ministers of Education, Canada	
US Census Bureau/ Estados Unidos http://www.census.gov/hhes/school/index.html	People/education attainment	No schooling completed, or less than 1 year Nursery, kindergarten, and elementary High school High school graduate (or equivalent) Some college Associate's degree (including occupational or academic degrees) Bachelor's, Master's degree, Professional school degree, Doctorate degree	U.S. Census Bureau, Current Population Survey Education and Social Stratification Branch Annual Social and Economic Supplement	ACS Data on School Enrollment, CPS Data on School Enrollment, Historical CPS Time Series Tables, SIPP Data on School Enrollment, Decennial Census Data on School Enrollment
INEGI/ México http://www.inegi.org.mx	Sociedad y Gobierno Educación	Características educativas de la población Matrícula y procesos escolares Recursos para la educación	Censo de Población y Vivienda Sistema Educativo do México	

Quadro 3

Dados relativos à população escolar

Países	Temas	Indicadores/tabulações	Fontes	Disponível em:
México	Gerais	Matrícula escolar por nível educativo según sexo, ciclos escolares · Porcentaje de absorción por nivel educativo · Índice de deserción por nivel educativo · Porcentaje de eficiencia terminal por nivel educativo · Relación alumnos/escuela por nivel educativo · Relación alumnos/maestro por nivel educativo	Secretaría de educación pública e Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior: Censos escolares	http://www.inegi.org.mx/Sistemas/temasV2/Default.aspx?s=est&c=21702
Canadá	Gerais	A portrait of the school-age population Elementary-secondary education Postsecondary education Students Teachers and educators	Canadian Education Statistics Council: Elementary-Secondary Education Survey Postsecondary Student Information System Community College Student Information System Degrees, Diplomas and Certificates Granted by Universities Elementary/Secondary School Enrolment Trade/Vocational Enrolment Survey University Student Information System Annual College and Related Institutions Educational Staff Survey Elementary/Secondary Education Staff Survey Survey of Principals University and College Academic Staff System	http://www5.statcan.gc.ca/cansim/a29?lang=eng&groupid=476&p2=17
	Específicos	School readiness of young children Health status Participation in activities Exposure to books and reading Peabody Picture Vocabulary Test	Human Resources Development Canada and Statistics Canada: The National Longitudinal Survey of Children and Youth	http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4450&lang=en&db=imdb&adm=8&dis=2
Reino Unido	Específicos	Social Support Subject Choices and Next Steps Nutrition Sun Protection Sport and Physical Activity Play and Leisure Libraries, Museums and Arts Travelling to School The Environment Alcohol, Smoking, Solvents and Drugs Personal Safety Sexual Experience and Knowledge Attitudes Towards Sexual and Domestic Violence	Northern Ireland Statistical Research Agency (NISRA): Young Persons' Behaviour and Attitudes Survey	http://www.csu.nisra.gov.uk/survey.asp96.htm
	Gerais	Assistência escolar Estudantes Docentes Estabelecimentos escolares	MEC- INEP: Censo Escolar Censo Educação Superior	http://portal.inep.gov.br/basica-censo
Brasil	Específicos	Desempenho escolar Escolaridade materna Contextos social e familiar Alimentação Prática de atividade física Cigarro, álcool e outras drogas Saúde sexual e reprodutiva Acidentes, violências e segurança	IDEB MEC- INEP: Saeb e Prova Brasil IBGE e Ministério da Saúde: PeNSE - Saúde do escolar	http://www.portalideb.com.br/ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/pense.pdf

Quadro 4

Dados relativos à população em geral					
Países	Temas	Indicadores/tabulações	Fontes	Disponível em:	
México	gerais	Alfabetas Nível de escolaridade População em idade escolar População que assiste a la escuela	·Porcentaje de la población alfabetada ·Población en edad escolar de 3 a 24 años por sexo y grupos de edad ·Distribución porcentual de la población de 15 y más años por nivel educativo ·Grado promedio de escolaridad de la población de 15 y más años	INEGI: Censo General de Población y Vivienda Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo - ENOE	http://www.inegi.org.mx/Sistemas/temasV2/Default.aspx?s=est&c=21702
	específicos	Capacitación laboral Razón por la que no estudió o continuó estudiando Relación de la educación recibida con el trabajo		INEGI: Módulo de Educación, Capacitación y Empleo 2009	http://www.inegi.org.mx/est/contenido/Proyectos/encuestas/hogares/regulares/enoe/Default.aspx
Canadá	gerais	Literacy Educational attainment Field of study Transitions and outcomes	·Distribution of prose proficiency levels, by age group, population aged 16 and over ·Level of educational attainment in the population aged 25 to 64 ·Population 15 years and over by highest certificate, diploma or degree, by age groups ·Number of university degrees/diplomas/certificates granted, by sex and field of study ·Proportion of students who were also working, by education level and age Distribution of the population aged 15 to 29, by education level, labour force status and age ·Labour Force Activity by Highest Certificate, Diploma or Degree for the Population 15 Years and Over ·Participation rate at the university level, by age ·Median annual earnings of 1995 and 2000 university graduates working full-time, two and five years after graduation, by sex and field of study	Statistics Canada: International Survey of Reading Skills (ISRS) National Graduates Survey Census of Population Labour Force Survey Survey of Colleges and Institutes School Leavers Survey	http://www.statcan.gc.ca/pub/89-552-m/89-552-m2008019-eng.pdf
	específicos	Characteristics of high school dropouts Working during high school Pathways after high school Skills Volunteering Labour market participation Experiences during first year of post-secondary education Access to post-secondary education	·Youth Education Status and Parental Educational Attainment ·Educational Aspirations of Graduates & Dropouts ·Attitudes, Sense of Belonging, First Year of Post-secondary Education ·Main Reason for Dropping Out of High School ·Employment Status of Youth Who Were No Longer in High School ·Participation in Unpaid Volunteer Activities ·Self-assessment of Skills of 18-20-Year-olds No Longer in High School ·Comparison of high school education status of two cohorts of 19-year-olds by sex ·Percentage of 18- to 20-year-old high school dropouts in 1999 who had graduated from high school, had some postsecondary education or graduated from a postsecondary education program by December 2003, by sex	Human Resources Development Canada and Statistics Canada: Youth in Transition Survey	http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4435&Item_Id=136253
Reino Unido	específicos	Outcomes and Achievements Education and Training Employment and Benefits Young People Not in Education, Employment or Training (NEET)	Main activity changes (education, employed, Government Supported Training -GST, Not in Education, Employment or Training -NEET): ages 16, 17, 18 compared with age 19 Parental education by Higher Education participation at age 19 Age when employment was first stated as a main activity Proportion stating their main activity as employment at ages 16, 17, 18 and 19 by parental occupation Factors which helped young people whose previous activity was NEET into employment at age 19	Department for Education: Youth Cohort Study (YCS) and the Longitudinal Study of Young People in England (LSYPE)	http://www.education.gov.uk/rsgateway/DB/SBU/b001014/b01-2011v2.pdf
Brasil	gerais	Alfabetização Nível educacional Anos de estudo População em idade escolar População que frequenta escola Tipo de escola frequentada (pública, particular)	· Taxa de analfabetismo · Distribuição percentual dos níveis educacionais · Média de anos de estudo · Taxa de frequência escolar bruta · Taxa de frequência escolar líquida	IBGE: Censos Demográficos e PNADs	http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2012/default.shtm
	específicos	Educação de jovens e adultos Alfabetização de jovens e adultos Curso de qualificação profissional Curso técnico de nível médio Curso de graduação tecnológica	· Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por condição de frequência a curso de educação de jovens e adultos · Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentavam ou frequentaram anteriormente curso de alfabetização de jovens e adultos, por motivo de frequentar curso de alfabetização de jovens e adultos · Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo o sexo e a situação de frequência a curso de educação profissional · Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de frequência a curso de educação profissional e o segmento da educação profissional	IBGE e Ministério da Educação: Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - 2007	http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.shtm

Bloco de educação da Pesquisa Dimensão Social das Desigualdades/PDSD

127. Considerando essa série (que está cursando ou já concluída), o estabelecimento de ensino é/ era **(LEIA)**:

- | | |
|-----------------------|--------------------------------|
| 1() Particular | 4() Público Municipal |
| 2() Público Federal | 5() Público s/ especificar |
| 3() Público Estadual | 7() Outro (ESPONTÂNEO) |

128. Qual o tempo de permanência diária nesse estabelecimento de ensino onde (está cursando ou cursou)?

|__|_| |__|_| **horas** |__|_| |__|_| **minutos**

129. Qual o turno que freqüenta(va) nesse estabelecimento onde (está cursando ou cursou)?

- | | |
|------------|--------------------|
| 1() Manhã | 4() Manhã e Tarde |
| 2() Tarde | 5() Tarde e Noite |
| 3() Noite | 7() Outro |

130. Em comparação com seus colegas de classe, em termos de notas você está(va) nessa série: **(LEIA CÓDIGOS 1 A 5)**,

- | | |
|---------------------------------|--|
| 1() Entre os melhores alunos | 4() Um pouco abaixo da média dos alunos |
| 2() Um pouco acima da média | 5() Entre os piores alunos? |
| 3() Na média dos outros alunos | 9() Não sabe/Não se lembra |

131. Pense no ambiente da escola nessa série que você freqüenta(va). Em que medida você concorda ou discorda com as seguintes afirmativas sobre o ambiente da escola?

→ **CONCORDA/DISCORDA “Totalmente ou em parte?”**

1 - CONCORDA TOTALMENTE

3 – DISCORDA EM PARTE

2 – CONCORDA EM PARTE

4 - DISCORDA TOTALMENTE

|__|_| Os estudantes se relacionam(vam) bem com a maioria dos professores

|__|_| Durante as aulas há(via muita bagunça/ pouca disciplina

|__|_| A maioria dos professores está(va) interessada no futuro dos alunos

|__|_| A escola é (era) suja/ mal conservada

|__|_| Recebe(ia) ajuda dos professores quando precisa(va)

|__|_| A maioria dos professores dá(va) boas aulas/ explica(va) bem a matéria

|__|_| Os professores faltam (vam) muito às aulas

|__|_| A escola é (era) muito chata/ fica(va) muitas vezes entendido(a)

132. Você frequentou pré-escola/ jardim de Infância?

- | | |
|-----------|----------|
| 1 () Sim | 2() Não |
|-----------|----------|

PARA QUEM CURSOU FUNDAMENTAL OU MÉDIO (CÓD. 01 A 12 NA 125^A/B)

133. Aproximadamente, com que frequência executava tarefas escolares em casa? (**exceto para pessoas com nível Superior ou mais**) (**ESPONTÂNEA**)

1() Diariamente

2() 4 vezes por semana

3() 2 a 3 vezes por semana

4() De vez em quando

5() Nunca

PARA QUEM FREQUÊNTOU (CÓD. 2 NA 124)

134. Com que idade você parou de estudar, saiu da escola? (FAVOR INFORMAR, MESMO QUE POR ESTIMATIVA)

|__| |__|.Idade - ENTREVISTADOR: Se a idade informada for estimativa, registre 1 aqui, caso contrário registre 0 |__|

PARA TODOS

135. Você já fez, ou está fazendo algum curso (ou aula particular) fora da escola? (**CASO SIM**) Quais? (**ESPONTÂNEA – VÁRIAS OPÇÕES**)

01() Língua estrangeira

02() Computação

03() Música, teatro, artes plásticas, dança

04() Aula particular ou explicador (exceto de língua estrangeira) para reforço escolar

05() Curso técnico/ Profissionalizante

06() Esporte

97() |__| |__| _____

97() |__| |__| _____

99() Não fez/ nem está fazendo curso

Textos para Discussão já publicados

Antiga série

- 📖 Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988
- 📖 Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988
- 📖 Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988
- 📖 O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988
- 📖 Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988
- 📖 Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- 📖 A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- 📖 Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988
- 📖 Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- 📖 Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989
- 📖 De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989
- 📖 Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989
- 📖 Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989
- 📖 As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989
- 📖 As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989
- 📖 Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989
- 📖 Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989
- 📖 Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989
- 📖 Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989
- 📖 Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989
- 📖 Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - nº 22, novembro 1989
- 📖 O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
- 📖 Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - nº 24, dezembro 1989
- 📖 Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - nº 25, janeiro 1990
- 📖 Ensaio sobre a Produção de Estatística - nº 26, janeiro 1990
- 📖 O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
- 📖 Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - nº 28, fevereiro 1990
- 📖 Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990

- 📖 Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - **nº 30**, abril 1990
- 📖 Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - **nº 31**, maio 1990
- 📖 Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - **nº 32**, maio 1990
- 📖 A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - **nº 33**, junho 1990
- 📖 Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - **nº 34**, julho 1990
- 📖 A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - **nº 35**, agosto 1990
- 📖 Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - **nº 36**, setembro 1990
- 📖 Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - **nº 37**, outubro 1990
- 📖 A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - **nº 38**, novembro 1990
- 📖 Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - **nº 39**, dezembro 1990
- 📖 A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - **nº 40**, janeiro 1991
- 📖 A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - **nº 41**, fevereiro 1991
- 📖 Ensaios sobre Estatísticas do Setor Produtivo - **nº 42**, março 1991
- 📖 A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - **nº 43**, março 1991
- 📖 Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - **nº 44**, abril 1991
- 📖 Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - **nº 45**, abril 1991
- 📖 A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - **nº 46**, maio 1991
- 📖 A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais - **nº 47**, maio 1991
- 📖 Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras - **nº 48**, junho 1991
- 📖 Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro - **nº 49**, junho 1991
- 📖 As Estatísticas e o Meio Ambiente - **nº 50**, julho 1991
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes: 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto - **nº 51**, julho 1991 (2 Volumes: Volume 1 - Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- 📖 O Censo Industrial de 1985 - Balanço da Experiência - **nº 52**, agosto 1991
- 📖 Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989 - **nº 53**, agosto 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Questão Amostral: Módulo II do Anteprojeto - **nº 54**, setembro 1991
- 📖 A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 - **nº 55**, outubro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: Apuração das Informações: Módulo III do Anteprojeto - **nº 56**, novembro 1991
- 📖 Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal: A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - **nº 57**, novembro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto - **nº 58**, dezembro 1991
- 📖 Estatísticas Agropecuárias : Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações - **nº 59**, dezembro 1991
- 📖 Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial - **nº 60**, janeiro 1992
- 📖 Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais - **nº 61**, fevereiro 1992

- 📖 Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991 - **nº 62**, outubro 1993
- 📖 Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente - **nº 63**, novembro 1993
- 📖 Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD - **nº 64**, setembro 1993
- 📖 Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil – **nº 65**, dezembro 1993
- 📖 Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991- **nº 66**, janeiro 1994
- 📖 Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil - **nº 67**, janeiro 1994
- 📖 Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas - **nº 68**, fevereiro 1994
- 📖 Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988 - **nº 69**, março 1994
- 📖 Desemprego - Uma Abordagem Conceitual - **nº 70**, abril 1994
- 📖 Apuração dos Dados Investigados no Questionário Básico (CD 1.01) do Censo Demográfico de 1991 - **nº 71**, outubro de 1994
- 📖 Deslocamento Populacional e Segregação Sócio-Espacial – Migrantes Originários do Rio de Janeiro - **nº 72**, novembro de 1994
- 📖 Projeção Preliminar da População do Brasil para o Período 1980-2020 - **nº 73**, dezembro de 1994
- 📖 Considerações Preliminares Sobre a Migração Internacional no Brasil - **nº 74**, janeiro de 1995
- 📖 Estatísticas Agropecuárias Censitárias no Âmbito do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - **nº 75**, julho de 1995
- 📖 Projeções Preliminares das Populações das Grandes Regiões para o Período 1991-2010 - **nº 76**, agosto de 1995
- 📖 Dinâmica da Estrutura Familiar no Sudeste Metropolitano, Chefia Feminina e Indicadores Sócio-Demográficos: Um exercício exploratório utilizando modelo da regressão múltipla - **nº 77**, setembro de 1995
- 📖 O Uso das Matrizes de Insumo-Produto e Matrizes de Inovação para Medir Mudanças Técnicas - **nº 78**, outubro de 1995
- 📖 Estimativas dos Fatores de Correção para o Registro de Nascimentos Utilizando Registros tardios a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 1974/1994 - **nº 79**, abril de 1996
- 📖 Aspectos de Amostragem Relativos ao Censo Cadastro de 1995 - **nº 80**, junho de 1996
- 📖 Tendências Populacionais no Brasil e Pressão Sobre o Mercado de Trabalho Futuro - **nº 81**, setembro de 1996
- 📖 Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais - **nº 82**, setembro de 1996
- 📖 Metodologias para o Cálculo de Coeficientes Técnicos Diretos em um Modelo de Insumo-Produto - **nº 83**, outubro de 1996
- 📖 Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico de 1991 - **nº 84**, outubro de 1996
- 📖 Componentes da Dinâmica Demográfica Brasileira: Textos Selecionados - **nº 85**, novembro de 1996
- 📖 Apuração dos Dados Investigados pelo Questionário da Amostra - CD 1.02 do Censo Demográfico de 1991 - **nº 86**, dezembro de 1996
- 📖 Estudo Preliminar da Evolução dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos 1974-1990 - **nº 87**, janeiro de 1997

- 📖 Sistema de Contas Nacionais - Tabelas de Recursos e Usos - Metodologia - nº 88, dezembro de 1997
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Economia Informal Urbana 97 - nº 89, junho de 1998
- 📖 Comparações da Renda Investigada nos Questionários do Censo Demográfico de 1991 - nº 90, julho de 1998
- 📖 Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE - nº 91, setembro de 1998
- 📖 Planejamento Amostral para as Pesquisas Anuais da Indústria e do Comércio - nº 92, outubro de 1998
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996 - nº 93, dezembro de 1998
- 📖 Reflexões sobre um Programa de Estatísticas Ambientais - nº 94, abril de 1999
- 📖 O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras com Base no Sistema de Contas Nacionais 1980 - 1997 (versão preliminar) - nº 95, maio de 1999
- 📖 Meio Ambiente: sua integração nos sistemas de informações estatísticas - nº 96, maio de 1999
- 📖 Conta da Terra: considerações sobre sua realização no Brasil - nº 97, dezembro de 1999

Textos para discussão - nova série

- 📖 **Número 1** - Sistema integrado de contas econômico-ambientais - SICEA : síntese e reflexões / Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2000.
- 📖 **Número 2** - Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto da sociedade atual : algumas questões teórico-metodológicas / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2000
- 📖 **Número 3** - A Cor denominada : um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho/98 / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- 📖 **Número 4** - Indicadores para a agropecuária - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Agropecuária, 2001.
- 📖 **Número 5** - Estudos para definição da amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário / Ana Maria Lima de Farias. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Indústria, 2001.
- 📖 **Número 6** - A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002..
- 📖 **Número 7** - Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000 / Sonia Oliveira, Ana Lucia Sabóia, Bárbara Cobo - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- 📖 **Número 8** - Principais Aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE - revisão 2002 / Zélia Magalhães Bianchini e Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 9** - Censo Demográfico 2000 - Resultados da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta / Luís Carlos de Souza Oliveira, Marcos Paulo Soares de Freitas, Márcia Regina Martins Lima Dias, Cláudia Maria Ferreira Nascimento, Edie da Silva Mattos e João José Amado Ramalho Júnior - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2003.
- 📖 **Número 10** - Sistema de informação estatística e a sociedade da informação / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.

- 📖 **Número 11** - Indicadores para a agropecuária - 1996 a 2001 /Julio César Perruso, Marcelo de Moraes, Duriez, Roberto Augusto Soares P. Duarte e Carlos Alfredo Barreto Guedes - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária, 2003.
- 📖 **Número 12** - A Unidade de Metodologia e a Evolução do Uso de Amostragem no IBGE, 2003 / Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2003.
- 📖 **Número 13** - Estimando a Precisão das Estimativas das Taxas de Mortalidade Obtidas a Partir da PNAD / Pedro Luis do Nascimento Silva e Djalma Galvão Carneiro Pessoa. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004.
- 📖 **Número 14** - A Qualidade na Produção de Estatísticas no IBGE / Zélia Magalhães Bianchini. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2004
- 📖 **Número 15** - Calibration Estimation: When and Why, How Much and How / Pedro Luis do Nascimento Silva . - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 16** - Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 17** – Processamento das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra no Censo Demográfico 2000 / Ari Nascimento Silva, Luiz Alberto Matzenbacher e Bruno Freitas Cortez. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 18** – Fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios segundo os grupos de idades das mulheres - Brasil e Unidades da Federação - 1984-2001 / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque e Selma Regina dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 19** – O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque, Janaína Reis Xavier Senna e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 20** – Tábuas de Mortalidade por sexo e grupos de idade - Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque e Janaína Reis Xavier Senna - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005
- 📖 **Número 21** – Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001 e 2005/ Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 22** – Estimação de Intervalos de Confiança para Estimadores de Diferenças Temporais na Pesquisa Mensal de Emprego / Mauricio Franca Lila e Marcos Paulo soares de Freitas - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento e Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 23** – Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Marcos Paulo Soares de Freitas, Mauricio Franca Lila, Rosemary Vallejo de Azevedo e Giuseppe de Abreu Antonaci - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 24** – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD / Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 25** – Pesquisas Agropecuárias por Amostragem Probabilística no IBGE: Histórico e Perspectivas Futuras / Coordenação de Agropecuária - Rio de Janeiro: IBGE, 2007

- 📖 **Número 26** – Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim e Leila Ervatti - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 27** – Características da fecundidade e da mortalidade segundo a condição migratória das mulheres, com base no quesito de "data fixa" / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Isabel Cristina Maria da Costa e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 28** – Utilização de Modelos para Estimar a Mortalidade Brasileira nas Idades Avançadas / Jorcely Victório Franco, Juarez de Castro Oliveira e Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 29** – Influência da mortalidade nos níveis de fecundidade da população brasileira e o intervalo médio entre duas gerações sucessivas - 1980, 1991, 2000 e 2005/ Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque e Maria Lúcia Pereira do Nascimento - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 30** - Família nas pesquisas domiciliares : questões e propostas alternativas / Rosa Ribeiro, Ana Lúcia Sabóia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 31** – Setor e Emprego Informal no Brasil - Análise dos resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais / João Hallak Neto, Katia Namir, Luciene Kozovitz, Sandra Rosa Pereira - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008
- 📖 **Número 32** - Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras / Cristiane Soares. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 33** – Estudos de modalidades alternativas de censos demográficos : aspectos de amostragem / IBGE, Diretoria de Pesquisas, Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimção e Acumulação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.
- 📖 **Número 34** – O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na Indústria Farmacêutica Brasileira/ Marcus José de Oliveira Campos e Luiz Antônio Casemiro dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2009.
- 📖 **Número 35** – Áreas mínimas de Comparação / Weuber da Silva Carvalho, Gilson Flaeschen. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 36** – Contabilizando a Sustentabilidade: principais abordagens / Frederico Barcellos, Paulo Gonzaga M. de Carvalho e Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 37** – Indicadores sobre Trabalho Decente: Uma contribuição para o debate da desigualdade de gênero / Cíntia Simões Agostinho e Ana Lucia Saboia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 38** – Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 39** – Desafios e possibilidades sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo / Ana Lucia Saboia, Bárbara Cobo e Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2012.

- 📖 **Número 40** – Metodologia Estatística da Pesca: Pesca embarcada / Aristides Pereira Lima Green e Guilherme Guimarães Moreira. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 41** – Pareamento Automático na Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico / Djalma Galvão Carneiro Pessoa, Fábio Figueiredo Farias e Vinícius Layter Xavier. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 42** – Seminários IBGE – 15 anos disseminando conhecimento / Sonia Albieri. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 43** – Estimadores de Diferenças Temporais e suas Variâncias: Uma Abordagem Aplicada ao Estudo de Indicadores Sociais a partir dos Dados da PNAD/ Gilson Gonçalves de Matos, Ana Lucia Saboia, Leonardo Athias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 44** – Disponibilização de Acesso a Microdados em Institutos Nacionais de Estatísticas: Experiência de países selecionados e Eurostat/ Priscila Koeller, Fernanda Vilhena e Maria Luiza Barcellos Zacharias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Coordenação de Indústria e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 45** – Capacidade Funcional dos Idosos: Uma análise dos suplementos Saúde da PNAD com a teoria da resposta ao item/ Kaizô Iwakami Beltrão, Moema De Poli Teixeira, Maria Isabel Coelho Alves Parahyba e Philip Fletcher. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 46** – Recomendações internacionais sobre estatísticas sociais e como importantes institutos de estatísticas divulgam seus temas, com destaque para a área social/ Ana Lucia Sabóia, Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.